

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021



Índice

A. PLANOS DE ATIVIDADES/INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO

Sumário Executivo

Alteração Estrutura da AdP SGPS

Princípios, pressupostos e linhas orientadoras

B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

1. Plano de Atividades plurianual
2. Balanço previsional
3. Demonstração dos Resultados por naturezas previsional
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa previsional
5. Orientações e legislação vigente para o Setor Empresarial do Estado ("SEE")
6. Plano de Redução de Custos (PRC)
7. Frota automóvel
8. Prazo Médio de Pagamento a fornecedores
9. Recursos Humanos
10. Endividamento
11. Indemnizações compensatórias

Anexos:

Anexo I: Parecer do Órgão de Fiscalização;

Anexo II: Demonstrações Financeiras trimestrais previsionais para 2021;

A. PLANOS DE ATIVIDADES/INVESTIMENTOS E ORÇAMENTOS

Sumário Executivo

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS) é uma empresa pública pertencente ao Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de Outubro, detida 81% pela Parpública, SGPS, S.A. e 19% pela Caixa Geral de Depósitos, e concentra as participações do Estado Português em empresas e sistemas multimunicipais de (i) captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e (ii) recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas.

A empresa está organizada para o cumprimento da missão e dos objetivos atribuídos pelo Estado Português, com ênfase (a) no desenvolvimento de negócio que promova, entre outros, a consolidação dos sistemas em baixa existentes em Portugal e a eficiência e autossustentabilidade energética, de acordo com as Orientações Estratégicas do Governo; (b) na gestão financeira (que garante a contratação e a adequabilidade dos financiamentos do Grupo com (i) as obrigações resultantes dos Contratos de Concessão e de Parceria celebrados com o Estado Português e (ii) a natureza e risco do negócio); (c) na gestão de políticas corporativas (que asseguram o cumprimento da missão e dos objetivos do Grupo por todas as empresas participadas); (d) na gestão de investimento das participadas, sua adequação às fontes de financiamento e à sustentabilidade económico-financeira dos sistemas; e, (e) na gestão da regulação (que atua sobre o enquadramento regulatório e tarifário e na salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira do setor).

A AdP SGPS assegura os recursos necessários para o cumprimento da sua missão e objetivos, adequando a natureza dos recursos à sua aplicação, nomeadamente (i) os custos correntes da atividade estão cobertos por recursos correntes resultantes da cobrança de comissões de gestão às suas subsidiárias (calculados sobre o Volume de Negócios de cada uma) e (ii) os investimentos financeiros e financiamentos às subsidiárias (que permitem adequar os seus recursos financeiros às suas atividades operacionais) estão cobertos por recursos próprios, recursos gerados das atividades de investimento e de financiamentos às subsidiárias, por empréstimos das subsidiárias com base nos cash flows libertos pela atividade corrente após a função de financiamento, e por empréstimos obrigacionistas.

O rácio *debt-to-equity* da empresa estima-se em 0,65 a 31 de dezembro de 2020, com uma redução face ao verificado em 2019 e 2018 (0,82 e 0,88, respetivamente). Em 2021 estima-se que este rácio atinja 0,63.

Em termos consolidados o endividamento líquido tem apresentado uma trajetória sucessivamente decrescente. Em 2019 o endividamento bruto atingiu o valor de 1 843 milhões de euros (c. 1 924 M€ em 2018, 2 027 M€ em 2017), e o endividamento líquido ascendeu a 1 672 milhões de euros (c. 1 797 M€ em 2018 e 1 909 M€ em 2017). Para 2020

estima-se que estes valores se cifrem, respetivamente, em 1 793 milhões de euros e 1 535 milhões de euros. A presente proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) assume a manutenção desta trajetória decrescente para o triénio 2021 a 2023, prevendo-se que no termo do próximo ano, alicerçado na trajetória decrescente do saldo de clientes, apesar do esforço de investimento a efetuar no âmbito da retoma da economia nacional, o endividamento bruto não ultrapasse os 1 708 milhões de euros e o endividamento líquido atinja os 1 416 milhões de euros. A manutenção da política de gestão centralizada de tesouraria tem sido um instrumento fundamental na prossecução desta trajetória de redução da dívida, com benefícios acrescidos no montante total de encargos financeiros, e por isso nas tarifas praticadas pelas empresas

O financiamento da atividade do Grupo AdP está fundamentalmente assente nos seus recursos próprios (capital social e *cash flow* gerado pelas operações), em fundos da União Europeia (que podem alcançar 85% do investimento elegível em infraestruturas) e nos financiamentos do Banco Europeu de Investimento (BEI) (que podem alcançar 50% do investimento elegível em infraestruturas). A AdP SGPS tem ainda um conjunto de financiamentos obrigacionistas colocados via mercado.

A AdP SGPS beneficia de avais do Estado Português para os contratos com o BEI assinados antes de 2017 e presta avais nas linhas grupadas. Destaca-se que em 2017 foi aprovado um financiamento de 420 milhões de euros pelo BEI, sem qualquer aval do Estado Português, dos quais 220 milhões de euros assinados em setembro de 2017 e 200 milhões de euros destinados à compra “sem recurso” de dívida municipal ao Grupo AdP, assinados em julho de 2019. Em 2020, ao abrigo deste financiamento foi adquirida pelo BEI a dívida de 18 municípios no valor de cerca de 41 milhões de euros, e utilizado o montante de 30 milhões de euros para investimento.

Esta proposta reflete a reorganização da AdP SGPS e visa concluir a orientação recebida para a reorganização do centro corporativo, nomeadamente com a transformação da AdP Serviços. A reorganização assenta no assumir de 3 novas direções (compras, serviços jurídicos, sistemas de informação), anteriormente a cargo da AdP Serviços. Esta reorganização tem um efeito muito mais significativo que o efeito decorrente da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2. Associado a esta pandemia, e com impacto no rácio de eficiência GO/VN, estima-se que a AdP SGPS venha a sofrer uma redução do volume de negócios a rondar os 0,4 milhões de euros, decorrente da redução de atividade que se tem verificado nas empresas participadas, e um volume de gastos operacionais de aproximadamente 61 mil euros.

Na avaliação do rácio de GO/VN da AdP SGPS para o período 2020 e 2021, importa reconhecer o *investimento* que a AdP SGPS, enquanto Holding do Grupo, no sentido de consolidar as operações das empresas, permitindo-lhes estabilidade à estrutura e ao nível de gastos recuperados por via tarifária, suportando num primeiro momento os encargos que permitirão às empresas operacionais:

- i. a rentabilização de recursos endógenos, em concretização das estratégias nacionais para a economia circular, neutralidade energética e carbónica;
- ii. aumentar a resiliência e a eficiência operacional das infraestruturas, tornando-as mais resilientes em face das alterações climáticas;
- iii. contribuir para a digitalização da economia nacional;

- iv. contribuir para a redução dos passivos ambientais das atividades económicas, por recurso à capacidade de tratamento disponível nas infraestruturas que se verifique no horizonte das concessões e parcerias.

Merece destaque que o Grupo AdP mantenha o seu enfoque de investimento na: (i) cobertura do serviço público à população; (ii) redução das situações de incumprimento em sede de emissões de efluentes aos meios hídricos; e (iii) aumento da resiliência do sistema de abastecimento público de água, adaptando-o às alterações climáticas e em particular ao aumento da frequência das situações de seca extrema, e (iv) no desenvolvimento de projetos de economia circular, que permitam reduzir o impacto ambiental da atividade de saneamento de águas residuais, bem como a rentabilização de alguns sub produtos ou a criação de alternativa de utilização das águas residuais tratadas, reduzindo assim a necessidade de extração do recurso água diretamente do meio hídrico.

I. Atividade operacional da AdP SGPS:

O EBITDA orçamentado para 2021, totaliza 3,8 milhões de euros, apresentando uma evolução positiva face a 2020 (2,9 M€), ano de início do esforço que a AdP SGPS desenvolverá com o início da implementação do novo quadro estratégico do Grupo AdP. Em 2019 o EBITDA da AdP SGPS ascendeu a cerca de 3,5 milhões de euros. A degradação deste indicador em 2020, decorre do facto de a AdP SGPS “investir” numa nova atividade que permite, a médio prazo (2025) assegurar às empresas operacionais uma contenção de gastos e por isso minimizar os impactos nos seus resultados e nas tarifas (que serão revistas durante 2021). A evolução positiva do EBITDA que se espera para o triénio de 2021-2023 traduz a capacidade de recuperação do esforço que se fará sentir em 2020 e 2021, período após o qual se espera que os custos possam retomar uma trajetória mais consentânea com a evolução esperada para os rendimentos.

Para o triénio 2021-2023 a AdP SGPS apresentará sempre um EBIT positivo. Não se estima que a AdP SGPS apresente pela sua atividade corrente ou pelo efeito da reorganização corporativa valores de EBIT negativos.

O impacto da pandemia associado ao SARS-COV-2 no EBITDA para 2020 estimam-se numa perda inferior a 500 mil euros, sobretudo decorrente da perda de proveitos, por menor Volume de Negócios das empresas operacionais. O volume de gastos adicionais resulta da necessidade de aquisição de EPI's para proteção dos trabalhadores, registados em gastos com pessoal, bem como de gastos destinados a assegurar a minimização de riscos associados ao trabalho presencial, resultantes da desinfeção do edifício sede ou da disponibilização de meios que permitam aos trabalhadores alimentarem-se no posto trabalho, norma até aí proibida.

2. Atividade de investimento:

Para 2021 estima-se um investimento global a rondar os 5,0 milhões de euros, consubstanciam-se em:

- a. 0,9 milhões de euros no capital social da empresa Águas do Alto Minho – atividade de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em baixa na região do Alto Minho, (empresa constituída no segundo semestre de 2019, tendo iniciado a atividade operacional em 2020), Parceria entre o Estado e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira;
- b. 2,5 milhões de euros - para reforço da posição acionista nos sistemas existentes, principalmente através da aquisição de ações próprias detidas pelas subsidiárias. Este investimento terá a mesma remuneração do restante capital social (OT10anos+3%), nos termos dos contratos de concessão respetivos; Este investimento transita de 2020, uma vez que por efeito da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 não foi possível proceder à sua concretização.
- c. 0,5 milhões de euros - para eventual necessidade de quinhão de prejuízos das empresas detidas a 100% pela AdP SGPS (enfoque nas atividades da área internacional); e
- d. 1,1 milhões de euros por se antecipar que poderão vir a ser necessários reforços de capital nas empresas detidas a 100% em função da concretização do novo quadro estratégico do Grupo AdP. Este valor deverá ser ajustado no triénio 2021-2023, pese embora no quadro de apresentação desta proposta de PAO ainda não dispnhamos de estimativas mais detalhadas, uma vez que os *business plans* destas operações estão em elaboração.

Dividendos a receber:

Os ganhos de investimentos financeiros foram orçamentados em 37,5 milhões de euros e correspondem a uma variação negativa de 16,0% face ao recebido em 2020 (45,0 M€).

Esta variação resulta essencialmente da estimativa de menores Resultados Líquidos das empresas operacionais, quer por efeito da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 (EPAL e AdSA), quer por efeito da redução que se vem observando na taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos (SMM, Parcerias).

Atividade de financiamento:

A atividade de financiamento da AdP SGPS decorre sobretudo da gestão da dívida contratada para financiamento da atividade de investimento das empresas subsidiárias. Relativamente às operações de financiamento destacam-se:

Unidade: Milhões euros

(1) Endividamento a 31 dez 2020	551,1
(2) Reembolso dívida externa BPI	6,8
Aumento dívida externa BEI	
(3) Variação líquida da dívida intragrupo	0,0
(4) Endividamento a 31 dez 2021 = (1)-(2)-(3)	544,3
Variação 2021/2020	-1,2%

O endividamento bruto da AdP SGPS apresenta uma redução de 1,2% face ao valor estimado para o final de 2020, em função do plano de reembolso recorrente de um dos empréstimos obrigacionistas e de estimar que vai ser possível efetuar a liquidação da totalidade das aplicações efetuadas no âmbito da política de gestão centralizada aprovada pelas Tutelas Financeira e Sectorial, implementada em 2018.

Em termos consolidados, estima-se que o endividamento consolidado do Grupo AdP tenha a seguinte evolução:

AdP Consolidado (M€)	2019 (real)	2020 (estimado)	2021 (orçamento)	2020/2019	2021/2020
Endividamento Bruto	1 843	1 793	1 708	-3%	-5%
Endividamento Líquido	1 672	1 535	1 416	-8%	-8%

Alteração da Estrutura da AdP SGPS

Ao longo dos últimos anos, as alterações da estrutura organizativa da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS) e AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. (AdP Serviços) permitiram uma poupança significativa de gastos suportados pelas empresas do Grupo.

Em 2020, o novo Conselho de Administração da AdP SGPS recebeu orientações da Tutela Sectorial no sentido de alterar o objeto e missão da AdP Serviços a qual se deverá assumir como um centro de receitas mercantis.

Para tanto, procedeu-se à redefinição do papel da AdP Serviços e correspondente reorganização das áreas corporativas, mantendo como premissa base, a procura de maior eficiência e transparência, e considerando o papel da AdP SGPS num âmbito mais geral de gestão estratégica, através da prestação de serviços técnicos de administração e gestão às suas participadas.



Neste sentido, foram assumidas as novas áreas de compras, serviços jurídicos e sistemas de informação, com efeitos a 1 de Agosto de 2020, atividades desenvolvidas até então pela AdP Serviços.

Esta transferência permite a manutenção da aplicação, pela AdP SGPS, de um *fee* de gestão idêntico a cada uma das empresas, garantindo, com a prestação de serviços técnicos de administração e gestão, a uniformização de procedimentos e orientações a adotar em todas as empresas.

Pretende-se igualmente a promoção da autonomia das empresas do Grupo, com criação de valor ao desenvolverem competências próprias que lhes permita uma gestão eficaz e eficiente na prestação do serviço público de que foram incumbidas. Para tanto, procedeu-se a uma clara distinção entre os serviços de engenharia vinculativos (incluídos no *fee* de gestão) e não vinculativos, que funcionarão em mercado livre (podendo ser contratados à AdP Serviços ou a qualquer outro prestador de serviços).

A AdP Serviços terá como objeto a prestação de serviços de engenharia, com especial foco na promoção de soluções inovadoras e de negócios com valor acrescentado para o Grupo, mas não só.

Para esta transformação, foram considerados os seguintes aspetos:

- No triénio que se segue, considera-se uma recuperação modesta das atividades das empresas que foram mais afetadas pela pandemia. Este pressuposto justifica moderação na modificação do *fee* de gestão, assim como uma maior urgência no investimento em serviços que possam reverter-se a prazo em benefícios para todo o Grupo. Tal  significa que o *fee* será crescente, atingindo uma percentagem uniforme de 2,4% do volume de negócios das participadas em 2023;
- Aplicação do *fee* de gestão com base no volume de negócio das empresas, excluindo as operações intra-grupo. Esta medida evita duplicações de rendimentos, garantindo maior transparência;
-  Manutenção dos valores orçamentados em 2020 na AdP SGPS e os valores afetos às áreas transferidas

- Com a implementação paralela do tratamento do IVA em afetação real, será possível a redução das atuais ineficiências fiscais, inerentes à atividade da SGPS.



O documento aqui apresentado espelha a evolução do negócio da AdP AGPS, detalhando a atividade recorrente, o impacto das áreas transferidas, os impactos da pandemia, para que seja possível a comparação com o real individual de 2019 (ou seja, a manutenção do rácio de GO/VN de 2019 da AdP SGPS em 73,9%, isolando a atividade recorrente, conforme quadro página 27).

Princípios, pressupostos e linhas orientadoras

Este documento constitui o PAO para o triénio 2021-2023 (PAO 2021) da AdP SGPS, e corresponde ao orçamento individual que integrará as contas consolidadas do Grupo AdP.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 6, do art.º 39, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o PAO 2021 teve como referência as instruções transmitidas pela Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) para a elaboração da proposta de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2020 e para 2021 constantes dos despachos 395/2020-SET, de 27 de julho, e 398/2020-SET, de 28 de julho, e o Decreto-Lei de Execução orçamental para 2019 (DL n.º84/2019 de 28 de junho).

A proposta de PAO 2021 atende ainda ao cumprimento das orientações do Governo para o mandato 2016/2018, uma vez as orientações estratégicas para o novo mandato 2020-2022 ainda não se encontram formalizadas, nomeadamente no que respeita à eficiência de gastos, às orientações estabelecidas nos contratos de gestão e nos contratos de prestação de Serviço Público.

O exercício da orçamentação para a preparação do PAO 2021 teve como base a estimativa de fecho do ano de 2020 que reflete a melhor previsão para a execução do PAO2020. Esta estimativa encontra-se afetada dos efeitos da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2 (COVID19) e pela consolidação da reestruturação da AdP SGPS e da AdP Serviços, enunciada acima.

A comparabilidade dos valores previsionais para 2020 e 2021 que integram a presente proposta fica fortemente afetada pela reestruturação do centro de serviços partilhados do Grupo AdP. Este facto, mais do que a pandemia SARS-COV-2, contribuem para a degradação da eficiência da AdP SGPS, se compararmos os períodos económicos de forma direta e sem ajustar os efeitos dessa nova atividade.

Por este motivo, na avaliação da eficiência no ponto 6. da secção B. deste documento, bem como na avaliação dos gastos com pessoal, propomos e solicitamos a respetiva autorização, para apenas considerar a atividade recorrente.

Da mesma forma solicitámos aos detentores da função acionista, nos termos do artigo 25.º do DL 133/2013 de 13 de outubro, para que a orientação estratégica relativa à reorganização do centro corporativo, com a integração de três direções na AdP SGPS, seja formalmente considerada como uma nova atividade. Aguardamos este despacho o qual faremos chegar logo que disponível.

Os pressupostos macroeconómicos adotados pelo Grupo AdP no processo de orçamento para 2021 foram os seguintes:

Pressupostos	Estimativa Fecho 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022 e 2023
Taxas de financiamento e remuneração acionista			
Euribor 1m	0,0%	0,0%	0,0%
Euribor 3m	0,0%	0,0%	0,0%
Novos empréstimos obrigacionistas	1,5%	1,5%	1,5%
OT	2,6%	2,7%	2,7%
Juros de Mora			
Aplicáveis às dívidas dos municípios às concessionárias dos sistemas multimunicipais	7,00%	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária
Aplicáveis aos atrasos nos pagamentos às empresas do Grupo AdP por parte dos utilizadores finais e/ou clientes dos sistemas multimunicipais	7,00%	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária
Aplicáveis às dívidas dos utilizadores finais domésticos às empresas do Grupo AdP	4,00%	4,00%	4,00%

Pressupostos	Estimativa Fecho 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022 e 2023
Aplicáveis às dívidas dos utilizadores finais não domésticos às empresas do Grupo AdP	7,00%	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária	7,00% Sem afetar o cálculo da tarifa necessária
Aplicáveis pelas concessionárias dos sistemas multimunicipais e o comercializador de último recurso no âmbito dos contratos de compra e venda de eletricidade produzida em regime de microprodução e miniprodução	7,00%	7,00%	7,00%
Aplicáveis às transações comerciais entre as empresas do grupo AdP e os seus fornecedores ou prestadores de serviços	8,00%	8,00%	8,00%
Aplicáveis pelas empresas instrumentais do grupo AdP que prestem serviços às empresas operacionais do grupo AdP, na sequência de um procedimento de contratação pública	8,00%	8,00%	8,00%
Taxas para atualização de preços			
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	0,1%	0,8%	1,1%
Combustível	0,1%	0,8%	1,1%
Impostos			
Derrama Estadual	Sim, quando aplicável	Sim, quando aplicável	Sim, quando aplicável

B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

I. Plano de atividades plurianual

I.1. Missão, objetivos e políticas

A AdP SGPS é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir Sistemas de Abastecimento de Água, e de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, desenvolvendo um grupo empresarial português forte e de elevada competência, capaz de responder, com eficácia, aos grandes desafios que atualmente se colocam no setor do ambiente.

Constituindo-se com o instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visa promover (a) a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço; (b) a sustentabilidade do setor e (c) a proteção dos valores ambientais.

A sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básicos e a promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas são os valores fundamentais da AdP SGPS.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor empresarial do Estado, em geral, e para o sector de atividade das empresas do Grupo AdP, em particular, através de orientações estratégicas emanadas através de despachos ministeriais e por deliberação dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas do Grupo.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas gerais e específicas bem como os objetivos e indicadores de desempenho anuais, através dos quais é efetuada a avaliação de desempenho dos gestores públicos.

I.2. Orientações estratégicas

Considerando que as orientações estratégicas para o mandato 2020/2022 ainda não foram fixadas pela tutela, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, uma vez que o quadro estratégico para o Grupo AdP ainda se encontra em discussão com as Tutelas Sectorial e Financeira, foram consideradas as orientações estratégicas gerais para o mandato anterior, que determinam que o Conselho de Administração assegure que a AdP SGPS e respetivas empresas participadas, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

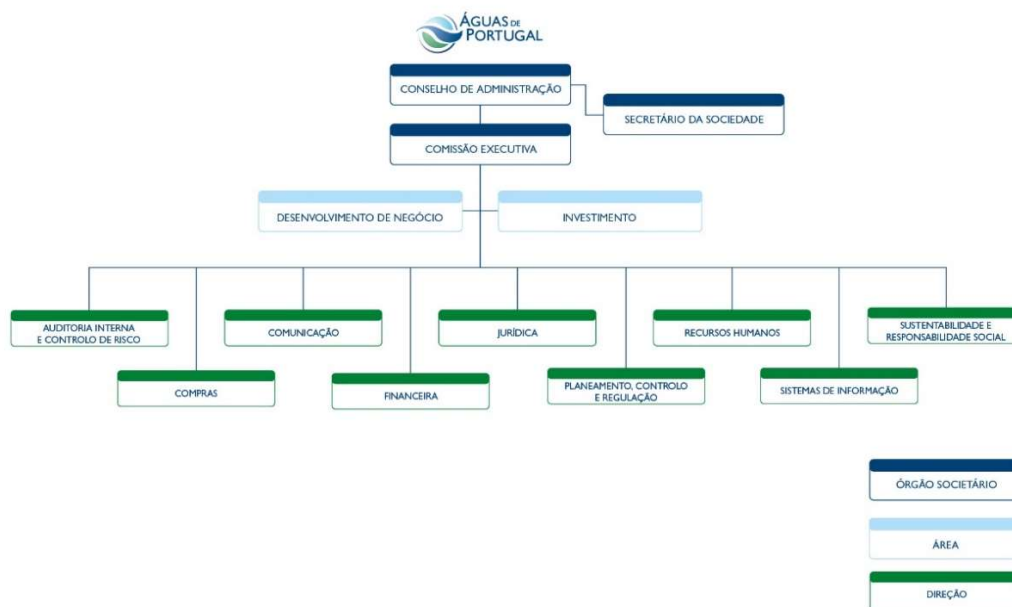
- a) Cumpram a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Sejam socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolvam ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promovam o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotem metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Concebam e implementem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Implementem planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implementem políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotem sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a empresa não celebrou, nem prevê celebrar, qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

1.3. Estrutura funcional

O Grupo AdP encontra-se estruturado em 3 áreas de negócio – operacionais de abastecimento e saneamento, internacional e serviços corporativos - que funcionam no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela Holding, a partir da qual se definem as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais para cada uma das participadas, procedendo-se, periodicamente, à sua revisão e controlo.

Para o correto exercício das suas funções, a AdP SGPS dispõe de um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão do Grupo, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos corporativos e pela avaliação e controlo das participadas. O organigrama que se segue incorpora já as novas direções.



I.4. Instrumentos de execução e controlo

Para alcançar os objetivos a que se propõe, a AdP SGPS dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, acompanhamento, execução e controlo, dos quais se destacam:

i. *Business Plan* da AdP SGPS

Com um horizonte temporal alargado, este plano visa projetar a evolução das principais necessidades de financiamento, atendendo sobretudo aos planos de investimento das empresas participadas. Incorpora e espelha a evolução das participações detidas (investimento financeiro) articulando a mesma com o previsto no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) das empresas integrantes do perímetro do grupo AdP. Constitui ainda uma ferramenta fundamental para a prestação de informação para as principais entidades financiadoras do grupo AdP e outros *stakeholders*.

ii. Orçamento anual e Controlo Orçamental mensal

O orçamento constitui-se como a primeira ferramenta de gestão de cada exercício, sendo elaborado numa base anual. É elaborado de acordo com as normas contabilísticas vigentes e vincula todas as áreas/departamentos e direções integrantes da empresa, através da participação ativa que cada uma desempenha na elaboração do mesmo.

O controlo orçamental é elaborado periodicamente (mensal e trimestralmente - *flash report* e relatório de acompanhamento, respetivamente), onde se procura identificar e justificar desvios e variações, na persecução de medidas corretivas e adequadas tomadas de decisão. Estes relatórios são elaborados pela área de Planeamento e Controlo de Gestão, que tem um elemento alocado especificamente à AdP SGPS. Estes relatórios são apresentados à Comissão Executiva numa base periódica. Incorporam também os principais indicadores económico-financeiros da AdP SGPS, com enfoque para a função financeira.

iii. Política de Gestão Integrada de Tesouraria

A AdP SGPS define os limites de endividamento externo e intra-grupo para cada uma das suas subsidiárias, controlando a sua execução financeira de forma trimestral e estabelecendo objetivos de endividamento nos contratos de gestão das suas subsidiárias. Dando execução à política de gestão centralizada, aprovada pela Tutelas Financeira e Sectorial, tem permitido reduzir os encargos de financiamento do Grupo AdP, minimizando o seu impacto nas tarifas dos serviços de abastecimento e de saneamento de águas residuais. Na política de gestão centralizada de tesouraria do Grupo AdP inclui-se o cumprimento do PUTE.

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento (incluindo as operações financeiras contratadas, prestação de garantias em benefício de outras entidades, e a celebração de

todo e qualquer ato ou negócio jurídico do qual resultem para a empresa responsabilidades financeiras efetivas ou contingentes que ultrapassem o orçamento anual, ou que não decorram do plano de investimentos aprovado).

Anualmente é realizada a monitorização dos objetivos de gestão anuais e do mandato, pelos acionistas, que está espelhada e consta do relatório de gestão e de prestação de contas anuais, disponibilizado no sítio da internet.

A aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) - SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na empresa, para efeitos de aprovação e autorizações de despesas.

1.5. Plano de investimento plurianual

O investimento da AdP SGPS representa, no essencial, as participações sociais detidas em empresas com atividade nas três áreas de negócio do Grupo AdP.

Para 2021, foi orçamentado um aumento líquido das participações detidas no valor de 5,0 milhões de euros (ver detalhe no capítulo A.2) totalizando no final de 2021 um valor total de investimentos financeiros, em participadas, de 717,7 milhões de euros.

O investimento de capital social orçamentado nas participadas SMM e Parcerias resulta, essencialmente, das obrigações contratuais da AdP SGPS, e é remunerado à média anual das taxas das OT para emissões a 10 anos acrescido de 3%/5% nos termos dos Contratos de Concessão e de Parceria em vigor.

O objeto da empresa consiste no financiamento e na gestão de participações sociais das participadas, refletida no investimento financeiro e nos financiamentos descritos nas páginas seguintes.

Relativamente ao investimento, importa ainda sublinhar:

- i) os investimentos anuais e plurianuais têm cobertura financeira garantida e são suportados numa análise custo-benefício que comprova a sua necessidade social e/ou a sua rentabilidade;
- ii) os investimentos refletem uma estratégia concertada de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental;

- iii) os projetos de investimento cujo financiamento implique recurso a financiamento remunerado respeitam as orientações vigentes e têm como suporte medidas que minimizam os riscos e os custos para a empresa;
- iv) são consideradas medidas de racionalização e priorização do investimento nas empresas subsidiárias.

A proposta de orçamento da empresa prevê o investimento nas participações *core* que resultam ou decorrem das obrigações contratuais assumidas com o Estado e demais acionistas, a manutenção da posição de controlo nas suas subsidiárias, o reforço dos capitais próprios das subsidiárias necessário à boa execução do plano de investimento contratado com o Estado, bem como as orientações estratégicas contratualizadas com o Estado.

Relativamente às medidas de racionalização no património imobiliário, de referir que a AdP SGPS não detém, nem prevê deter, património imobiliário.

No quadro seguinte apresenta-se o plano de investimento e de financiamento plurianual bem como o plano de endividamento para o período 2020-2022:

	2019	2020	2021	2022	2023
	Real	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção
Unid: €					
Plano de investimento (acumulado):					
Subsidiárias	711 610 498	712 667 428	717 667 428	722 667 428	727 667 428
Outros	0	0	0	0	0
Total	711 610 498	712 667 428	717 667 428	722 667 428	727 667 428
Plano de financiamento (acumulado)					
Suprimentos	691 469 164	622 059 482	630 373 302	644 250 576	644 250 576
Apoios tesouraria	73 693 182	57 267 000	55 185 000	61 085 000	60 175 909
Total	765 162 346	679 326 482	685 558 302	705 335 576	704 426 485
Plano de endividamento (acumulado)					
Obrigacionista	551 136 363	544 318 182	537 500 000	530 681 818	523 863 636
Curto Prazo (obrigacionista e empresas do Grupo)	110 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182
Total	661 954 545	551 136 364	544 318 182	537 500 000	530 681 818
Variação	--	-16,74%	-1,24%	-1,25%	-1,27%

Pelas características que assume o investimento da AdP SGPS, não se aplica o conceito de investimento em curso, motivo pelo qual não se apresentam as colunas com o investimento em curso em data anterior e posterior ao triénio.

Na tabela seguinte identifica-se as participações financeiras detidas pela AdP SGPS:

Unidade: euros

Participações financeiras	2019	2020	2021
	Real	Estimado	Orçamentado
EPAL	365 813 820	365 813 820	365 813 820
Águas do Douro e Paiva	10 877 643	10 877 643	10 877 643
Simdouro	10 854 212	10 854 212	10 854 212
Águas do Norte	1 11 404 247	1 11 404 247	1 11 404 247
Águas do Centro Litoral	36 454 976	36 454 976	36 454 976
Simarsul	18 866 926	18 866 926	18 866 926
Águas do Tejo Atlântico	34 623 897	34 623 897	37 145 330
Águas do Vale do Tejo	79 347 548	79 347 548	79 347 548
Águas do Algarve	25 834 640	25 834 640	25 834 640
AdRA - Águas da Região de Aveiro	8 925 000	8 925 000	8 925 000
AdP Internacional	15 432 933	15 501 636	15 501 636
AdP Energias	5 733 226	5 733 226	5 733 226
Águas de Santo André	2 298 412	2 298 412	2 298 412
AdP Serviços	587 465	587 465	587 465
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	3 999 165	4 617 030	4 617 030
AdAM - Águas do Alto Minho	550 800	918 000	1 836 000
Restantes participações a)	0	0	1 560 567
Filiais	731 604 910	732 658 679	737 658 679
Trevo Oeste	572 991	572 991	572 991
Associadas	572 991	572 991	572 991
Total	732 177 901	733 231 670	738 231 670
Investimentos financeiros	732 177 901	733 231 670	738 231 670
Outros investimentos financeiros	14 563	17 725	17 725
	732 192 464	733 249 394	738 249 394
Imparidade de Investimento financeiro	(20 581 967)	(20 581 967)	(20 581 967)
	711 610 498	712 667 428	717 667 428

a) participações em empresas subsidiárias referidas na secção A.I, a adquirir durante 2021

Na tabela seguinte identifica-se os Empréstimos (através de Suprimentos) e Apoios de Tesouraria (AT) concedidos às participações financeiras detidas pela AdP SGPS:

(nota: não obstante o aumento do endividamento de algumas subsidiárias para com a AdP SGPS, o aumento do endividamento externo total das subsidiárias encontra-se limitado por efeito dos objetivos de gestão e dos termos da legislação em vigor. Recorde-se que, em termos consolidados, a dívida externa reduz anualmente)

	Unid: €		
	2019	2020	2021
	Real	Estimado	Orçamentado
Suprimentos			
Águas do Algarve	25 000 000	25 000 000	20 000 000
Águas do Norte	306 272 727	295 343 042	297 288 678
Águas do Douro e Paiva	29 500 000	20 820 000	9 370 000
Simdouro	50 000 000	48 000 000	48 000 000
Águas do Centro Litoral	71 818 182	72 818 182	88 409 094
Águas do Vale do Tejo	100 818 182	70 318 183	76 909 095
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	48 636 091	28 636 091	28 181 543
AdRA - Águas da Região de Aveiro	57 768 182	58 318 182	56 409 090
AdP Serviços	0	0	2 000 000
AdP Internacional	1 700 000	2 850 000	3 850 000
AdP Energias	0	0	0
Águas do Brasil	105 800	105 800	105 800
ADAM - Águas do Alto Minho	0	0	0
Trevoeste	70 315	70 317	70 317
Empréstimos a empresas do Grupo	691 689 479	622 279 797	630 593 617
Perdas por imparidade	(220 315)	(220 315)	(220 315)
	691 469 164	622 059 482	630 373 302
Apoios de Tesouraria			
Águas do Norte	26 336 364	13 932 000	13 550 000
Águas do Centro Litoral	7 784 091	6 900 000	6 000 000
Águas do Vale do Tejo	21 909 091	16 000 000	18 000 000
AgdA - Águas Públicas do Alentejo	6 454 545	5 000 000	3 000 000
Águas do Douro e Paiva	0	1 000 000	1 000 000
Simdouro	2 000 000	2 500 000	3 600 000
AdP Internacional	0	735 000	1 835 000
AdP Serviços	0	0	1 500 000
AdP Energias	0	0	0
AdRA - Águas da Região de Aveiro	4 209 091	2 700 000	2 200 000
Águas do Algarve	5 000 000	4 500 000	500 000
Águas de Santo André	0	0	0
ADAM - Águas do Alto Minho	0	4 000 000	4 000 000
Empresas do Grupo AT	73 693 182	57 267 000	55 185 000
Envolvimento financeiro	765 162 346	679 326 482	685 558 302

Dada a natureza dos investimentos da empresa se consubstanciar na sua atividade principal, desenvolvida no propósito de cumprimento das obrigações legais ou contratuais assumidas com o Estado Português nos contratos de Concessão e de Parceria pelas empresas operacionais, considera-se que a recomendação das IPG relativas a “novos investimentos” não é aplicável à AdP SGPS.

Nos termos das IPG, os “novos investimentos” com expressão material propostos pela empresa (superiores a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa para 2020) devem incluir:

- i. a memória descritiva;
 - ii. o plano financeiro plurianual, que inclua o conjunto dos gastos e réditos previstos, garantindo a sua sustentabilidade;
 - iii. os objetivos a atingir, de forma calendarizada, incluindo valores que permitam verificar a viabilidade económico financeira (designadamente ROI, TIR, VAL e/ou *Payback*);
 - iv. os indicadores financeiros e operacionais que permitirão o acompanhamento e monitorização da implementação destes investimentos,
- e explicitar o grau de prioridade de cada projeto de investimento, enquadrando-os nos objetivos fixados para a empresa.

Acresce referir que os investimentos propostos estão totalmente autofinanciados, e suportados nos critérios de rentabilidade referidos anteriormente.

2. Balanço previsual

BALANÇO	Unidade: euros					
	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
ATIVO						
Ativo fixo tangível	16 774	12 093	14 433	9 752	2 731	0
Ativos sob Direito de Uso	327 625	284 373	309 737	259 590	759 080	579 358
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	711 610 497	716 890 924	712 667 428	717 667 428	722 667 428	727 667 428
Empréstimos a empresas do Grupo	691 469 164	649 630 915	622 059 482	630 373 302	644 250 576	644 250 576
Impostos diferidos ativos	74 866	0	57 280	57 280	57 280	57 280
Total do ativo não corrente	1 403 498 926	1 366 818 306	1 335 108 360	1 348 367 352	1 367 737 095	1 372 554 642
Clientes	4 172 013	2 812 127	3 392 586	3 323 076	3 344 571	3 358 399
Empresa do Grupo AT	73 693 182	55 770 000	57 267 000	55 185 000	61 085 000	60 175 909
Outras contas a receber	471 266	1 722 415	3 066 105	3 066 105	3 085 938	3 098 697
Imposto do exercício	0	402 046	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	16 477 809	1 097 317	15 539 425	20 936 428	11 581 760	19 757 132
Total do ativo corrente	94 814 270	61 803 905	79 265 116	82 510 609	79 097 269	86 390 137
Total do ativo	1 498 313 196	1 428 622 210	1 414 373 477	1 430 877 961	1 446 834 363	1 458 944 779
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital social	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000
Reservas	61 143 713	64 156 110	64 751 725	67 671 348	70 249 417	72 796 428
Resultados transitados	263 068 404	297 346 964	297 462 431	324 935 272	345 418 575	365 311 793
Resultado líquido do exercício	65 151 607	63 777 688	58 392 464	51 561 372	50 940 229	47 410 154
Total do Capital próprio	823 863 724	859 780 762	855 106 620	878 667 992	901 108 221	920 018 375
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões	5 000 000	5 308 003	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000
Empréstimos	551 136 363	544 318 182	544 318 182	537 500 000	530 681 818	523 863 636
Passivos da Locação	197 721	290 456	104 807	29 690	490 748	267 842
Impostos diferidos passivos	73 716	0	57 313	57 313	57 313	57 313
Subsídios	0	257 347	189 591	189 591	189 591	189 591
Instrumentos financeiros derivados	2 788 817	3 027 923	0	0	0	0
Total do passivo não corrente	559 196 617	553 201 911	549 669 893	542 776 595	536 419 470	529 378 383
Passivo corrente						
Empréstimos	1 110 818 182	1 218 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182
Passivo da Locação	135 016	0	214 939	229 899	246 988	246 988
Fornecedores	350 513	300 608	591 856	545 726	605 672	612 334
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 281 550	0	706 182	773 218	342 378	565 786
Outros contas a pagar	2 667 594	2 520 747	1 265 805	1 066 349	1 293 452	1 304 731
Total do passivo corrente	1 115 252 855	15 639 537	9 596 964	9 433 374	9 306 672	9 548 022
Passivos detidos para venda	0	0	0			
Total do Passivo	674 449 472	568 841 448	559 266 856	552 209 969	545 726 142	538 926 404
Total do Passivo e do Capital Próprio	1 498 313 196	1 428 622 210	1 414 373 477	1 430 877 961	1 446 834 363	1 458 944 779

3. Demonstração de resultados por natureza previsional

Unidade: euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas						
Prestação de serviços	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Volume de Negócios	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Custo das Vendas/Variação dos inventários	0	0	0			
Margem Bruta	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Fornecimentos e serviços externos	3 612 184	3 883 663	4 873 481	5 942 746	6 008 116	6 074 205
Gastos com pessoal	4 750 935	5 498 003	6 277 229	7 626 571	7 710 464	7 795 279
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	150 480	161 157	153 880	222 445	184 403	182 453
Perdas por imparidade e reversões	-308 003	0	0	0		
Provisões e reversões do exercício	31 361	0	0	0		
Outros gastos operacionais	99 039	41 284	78 865	350 639	354 496	358 395
Outros proveitos e ganhos operacionais	99 609	58 508	0	0	0	0
Resultados operacionais	3 080 630	2 615 930	2 702 018	3 537 756	3 832 276	4 042 347
Gastos financeiros	5 336 198	4 755 033	4 496 538	3 597 435	4 373 072	8 109 476
Rendimentos financeiros	20 359 051	19 153 404	19 995 811	18 243 509	17 998 374	17 718 391
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros	51 818 740	50 591 605	44 992 620	37 468 903	37 468 903	37 468 903
Resultados Financeiros	66 841 593	64 989 976	60 491 893	52 114 978	51 094 205	47 077 819
Resultados antes de impostos	69 922 223	67 605 906	63 193 911	55 652 734	54 926 481	51 120 165
Imposto sobre o rendimento do exercício	4 770 616	3 828 218	4 801 447	4 091 362	3 986 252	3 710 011
Resultado líquido do exercício operações continuadas	65 151 607	63 777 688	58 392 464	51 561 372	50 940 229	47 410 154
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0	0			
Resultado líquido do exercício:	65 151 607	63 777 688	58 392 464	51 561 372	50 940 229	47 410 154

4. Demonstração dos fluxos de caixa previsional

Unidade: euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	32 845 931	35 240 344	25 732 635	39 946 600	40 227 727	40 394 734
Pagamentos a fornecedores	(3 711 555)	(4 319 849)	(5 601 333)	(7 256 594)	(7 159 049)	(7 076 369)
Pagamentos ao pessoal	(5 012 492)	(4 593 632)	(5 345 134)	(6 299 492)	(6 250 676)	(6 189 513)
Fluxo gerado pelas operações	24 121 884	26 326 863	14 786 168	26 390 514	26 818 002	27 128 852
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o rendimento	(3 920 914)	(4 024 626)	(4 980 245)	(5 351 405)	(5 506 183)	(5 501 788)
Recebimentos do Imposto sobre o rendimento			0	706 182		
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento	(3 920 914)	(4 928 997)	(4 980 245)	(6 057 587)	(5 506 183)	(5 501 788)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	(2 401 951)	(2 446 636)	(1 482 660)	(2 639 274)	(2 792 729)	(2 304 184)
Pagamentos de outros impostos	0	(2 404 029)	(1 842 607)	(2 837 091)	(2 824 200)	(2 893 185)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(6 322 865)	(9 779 662)	(8 305 513)	(10 827 770)	(11 123 112)	(10 699 156)
Fluxo de atividades operacionais	17 799 019	16 547 201	6 480 656	15 562 744	15 694 890	16 429 696
Atividades de investimento						
Recebimentos provenientes de:						
Juros e Proveitos similares	0	0	0	0	0	0
Investimentos Financeiros	102 244 183	130 650 002	147 884 747	26 595 640	16 713 636	909 091
Dividendos	52 148 740	50 591 605	44 444 562	37 468 903	37 468 903	37 468 903
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	154 392 923	181 241 607	192 329 309	64 064 543	54 182 539	38 377 994
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos Financeiros	(99 983 773)	(60 626 251)	(53 995 408)	(37 827 460)	(41 490 910)	(5 000 000)
Ativos fixos intangíveis						
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(99 983 773)	(60 626 251)	(53 995 408)	(37 827 460)	(41 490 910)	(5 000 000)
Fluxo das atividades de investimento	54 409 150	12 615 356	138 333 901	26 237 083	12 691 629	33 377 994
Atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos	167 000 000	0	190 044 449	0	150 000 000	200 000 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento	167 000 000	0	190 044 449	0	150 000 000	200 000 000
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	(195 558 869)	(109 980 402)	(300 940 818)	(7 033 121)	(157 048 081)	(207 065 170)
Juros e gastos similares	(5 337 557)	(2 099 447)	(7 356 571)	(1 369 703)	(2 193 106)	(6 067 148)
Dividendos	(27 000 000)	(27 500 000)	(27 500 000)	(28 000 000)	(28 500 000)	(28 500 000)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(227 896 426)	(139 579 848)	(335 797 389)	(36 402 824)	(187 741 187)	(241 632 318)
Fluxo das atividades de financiamento	(60 896 426)	(139 579 848)	(145 752 941)	(36 402 824)	(37 741 187)	(41 632 318)
Fluxo de caixa das operações descontinuadas	0	0	0	0	0	0
Variação de caixa e seus equivalentes	11 311 743	(2 417 292)	(938 384)	5 397 003	(9 354 668)	8 175 372
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 166 066	3 514 608	16 477 809	15 539 425	20 936 428	11 581 760
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 477 809	1 097 316	15 539 425	20 936 428	11 581 760	19 757 132
Variação de caixa e seus equivalentes	11 311 743	(2 417 292)	(938 384)	5 397 003	(9 354 668)	8 175 372

5. Orientações e legislação vigente para o SEE

A atividade *core* do Grupo AdP centra-se:

a) no abastecimento em alta de água para consumo humano e no tratamento em alta de águas residuais, realizados em regime de exclusividade ao abrigo de (i) Contratos de Concessão celebrados com o Estado (que contemplam um conjunto de obrigações referentes à qualidade e à cobertura demográfica da população), estando sujeitos a regulação tarifária definida pelo Estado e pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR); e de (ii) Contratos de Parceria celebrados com o Estado e com Municípios (que contemplam um conjunto de obrigações referentes à qualidade e à cobertura demográfica da população), estando sujeitos a regulação tarifária definida por uma Comissão de Parceria onde têm assento o Estado e os Municípios, com consulta à ERSAR; e

b) no abastecimento em baixa de água para consumo humano e, quando aplicável, na recolha de águas residuais, realizada em regime de exclusividade e no âmbito da gestão delegada no caso da EPAL, bem como ao abrigo de Contratos de Parceria nos casos da Águas da Região de Aveiro, do Sistema de Águas da Região do Noroeste, gerido pela Águas do Norte, S.A., e da Águas do Alto Minho, aplicando-se um enquadramento tarifário similar ao da atividade em alta.

As tarifas reguladas praticadas pelo Grupo AdP são determinadas com o objetivo de assegurar a cobertura dos encargos de exploração, a reintegração do investimento e o respetivo financiamento através de capitais próprios e alheios. As tarifas reguladas são calculadas por forma a garantir uma margem de rentabilidade equivalente à remuneração contratual (OT+3%) dos capitais próprios. Para efeitos de remuneração contratual pondera para a remuneração dos capitais próprios a remuneração contratual devida e ainda não gerada. Nem todas as tarifas praticadas pelo Grupo são integralmente reguladas, sendo no entanto calculadas para assegurar, nos termos da lei, a adequada remuneração dos ativos de exploração.

Salienta-se ainda a existência do Manual de Priorização de Investimentos relativo à política de priorização de investimento, que apresenta e desenvolve a metodologia aplicável transversalmente ao Grupo AdP, e permite um processo de ordenação sistemática dos investimentos. Como objetivo fundamental está o permitir à Holding e aos *stakeholders* uma visão global das prioridades de investimentos, evidenciando o critério das opções tomadas.

A maximização de receitas mercantis do Grupo AdP passa por uma estratégia de investimentos muito eficientes que permite a expansão da base territorial de clientes e o aumento da cobertura dos serviços de abastecimento e saneamento, consolidando os serviços prestados. Uma vez que se seguem cada vez mais políticas de redução de consumos, isso obriga à reutilização de recursos como forma de assegurar o equilíbrio das operações através de opções de economia circular.

No que diz respeito à AdP SGPS, as receitas e resultados da empresa resultam essencialmente da sua atividade enquanto Holding financeira do Grupo AdP, e por conseguinte dos dividendos recebidos e dos juros cobrados sobre os empréstimos concedidos às suas participadas, bem como das comissões cobradas relativas aos avales prestados sobre os financiamentos contratados diretamente pelas suas participadas. Alavancada pela estratégia de gestão centralizada de tesouraria, que permite consolidar a dívida, otimizar a gestão de excedentes e reduzir encargos, a que se junta a contratação de um empréstimo junto do BEI, sem aval do Estado e com taxas muito competitivas, mantendo os gastos financeiros do Grupo AdP em níveis acrescidos de eficiência.



O Volume de Negócios da AdP SGPS corresponde a uma percentagem (*fee* de gestão) sobre o Volume de Negócios (não intra-grupo) de cada uma das empresas participadas, incluindo as empresas instrumentais. Tratando-se de um novo modelo, prevê-se que a sua adoção seja evolutiva, a partir de 2021, estimando-se que esta percentagem atinja 2,4% em 2023. Como tal, a maximização da sua receita mercantil depende do crescimento das receitas mercantis do Grupo AdP, através das suas participadas. De acordo com a consolidação do plano de reestruturação acima descrito, o aumento da percentagem do *fee* de gestão da AdP SGPS destina-se a efetuar a cobertura dos encargos com as direções que passaram para a empresa, e que antes eram suportados pelos NSE cobrados pela AdP Serviços, que deixarão de ser cobrados às empresas participadas. Por este feito assistir-se-á a uma redução efetiva dos encargos das empresas participadas com o centro corporativo, transmitindo-se este aumento de eficiência às tarifas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais. Desta forma, a variação do Volume de Negócios não é proporcional à evolução dos gastos operacionais, nos moldes definidos no ponto 2 ii) do Despacho n.º 395/2020 – SET. Esta evolução do GO/VN não é comprável a 2019 considerando que a AdP SGSP nessa data não incluía as novas direções, nem este novo modelo de receitas (*fee* de gestão). Por esta razão, não é possível a demonstração exigível no ponto 2 ii) do referido Despacho.


Para 2020 assumiu-se a preservação dos proveitos estimados inicialmente, também como forma de amenizar os impactos decorrentes da reestruturação.


A AdP SGPS elaborou o PAO 2021 tendo como referência as IPG 2020 e 2021, constantes dos despachos 398/2020-SET, de 28 de julho, e 395/2020-SET, de 27 de julho, e o DLEO 2019 (DL84/2019, de 28 de junho), quando aplicável, procurando ainda respeitar as matérias setoriais traduzidas em vários diplomas legais e despachos da tutela.




No âmbito do perímetro do Grupo AdP, onde a AdP SGPS exerce influência dominante (direta ou indiretamente), nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, foram aplicadas as mesmas instruções e recomendações que abrangem a AdP SGPS.

6. Plano de Redução de Custos (PRC)


O PAO 2021 reflete a reestruturação corporativa efetuada, incorporando os gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos associados à transferência de recursos das direções visadas (DSJ, DSI, DCL). Em consequência, a aferição dos cumprimentos dos vários indicadores de gestão está feita na atividade recorrente da AdP SGPS, ou seja, sem a afetação dos impactos decorrentes desta nova atividade, solicitando-se a respetiva autorização para que a análise seja assim efetuada. Por este motivo começamos por apresentar os dados completos, que comparam com as demonstrações financeiras, e em seguida os dados individualizados, sobre os quais se apresentam as necessárias fundamentações.

 Para o exercício comparável, adiante explanado no quadro da página 27, aos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras Previsionais para 2021 (coluna 1 “Previsão Total”) foram faseadamente retirados os efeitos da reorganização corporativa (coluna 2 “Reestruturação”) e os efeitos da pandemia SARS-COV-2 (coluna 4 “COVID”), obtendo-se os valores efetivamente comparáveis (coluna 5 “Previsão ind.”).

 Em respeito aos diplomas legais e às instruções da DGTF assumidas como referência para o presente exercício, e através da informação que se segue, verifica-se para o exercício comparável:

-  ✓ o cumprimento da redução do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (redução de 73,899% verificados em 2019 (coluna7) para 73,897% orçamentado para 2021 (coluna 5), conforme indicado no Despacho 395/2020-SET, que compara com 77,3% do PAO de 2020 (coluna 6)) – informação espelhada na página 27;
-  ✓ o cumprimento da redução do conjunto de encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (redução de 1,6%, de 584.327€ em 2019 para 575.000€ previstos para 2021) – informação espelhada na página 26;
-  ✓ o pedido de autorização para o aumento dos gastos relacionados com o conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, no montante total de 48.589€, de acordo com as justificações apresentadas, designadamente a aplicação da IFRS16 às locações, o aumento de duas viaturas e respetivos encargos.

6.1 Eficiência Operacional e Rácio PRC

 Os valores totais, conforme Demonstrações Financeiras, são como segue:

Unidade: euros

	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (ind.)
(1) CMVMC	0	0	0
(2) FSE	5 942 746	4 873 481	3 612 184
(3) Gastos com o pessoal	7 626 572	6 277 229	4 750 935
(4) Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	13 569 318	11 150 710	8 363 119
(5) Volume de Negócios (VN)	17 680 157	14 085 473	11 317 016
Subsídios à Exploração	0	0	0
Indemnizações Compensatórias	0	0	0
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	76,7%	79,2%	73,9%
(7) Deslocações e Alojamento	44 444	49 714	25 019
(8) Ajudas de custo	6 131	10 911	5 586
(9) Gastos com a frota automóvel	369 166	286 478	222 176
(7)+(8)+(9)	419 740	347 103	252 781
(10) Gastos com contratações de Estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 249 357	571 529	584 327

Os dados individuais, que equivalem às Demonstrações Financeiras deduzidas do efeito das novas atividades, são como segue:

Unidade: euros

	2021	2020	2020	2019	2021/2019		2021/EF 2020		EF 2020/2019		EF 2020/PAO 2020	
	Previsão	Estimativa	PAO ind.	Real	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
(1) CMVMC	0	0	0	0								
(2) FSE	3 757 627	3 919 870	3 883 663	3 612 184	145 443	4,0%	(162 243)	-4,1%	307 686	8,5%	36 207	0,9%
(3) Gastos com o pessoal	5 407 593	5 015 683	5 498 003	4 750 935	656 658	13,8%	391 910	7,8%	264 749	5,6%	(482 320)	-8,8%
(4) Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	9 165 220	8 935 553	9 381 666	8 363 119	802 101	9,6%	229 667	2,6%	572 434	6,8%	(446 113)	-4,8%
(5) Volume de Negócios (VN)	11 970 119	11 802 848	12 141 529	11 317 016	653 103	5,8%	167 272	1,4%	485 832	4,3%	(338 681)	-2,8%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0								
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0								
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	76,6%	75,7%	77,3%	73,9%	2,7pp		1pp		1,8pp		(1,562)pp	
(7) Deslocações e Alojamento	25 804	46 146	41 785	25 019	785	3,1%	(20 342)	-44,1%	21 127	84,4%	4 361	10,4%
(8) Ajudas de custo	6 131	7 124	7 124	5 586	545	9,7%	(993)	-13,9%	1 538	27,5%	0	0,0%
(9) Gastos com a frota automóvel	275 348	228 575	249 998	228 088	47 260	20,7%	46 773	20,5%	487	0,2%	(21 423)	-8,6%
(7)+(8)+(9)	307 282	281 844	298 906	258 693	48 589	18,8%	25 437	9,0%	23 151	8,9%	(17 062)	-5,7%
(10) Gastos com contratações de Estudos, pareceres, projetos e consultoria	575 000	479 095	543 355	584 327	(9 327)	-1,6%	95 905	20,0%	(105 232)	-18,0%	(64 260)	-11,8%

Os dados de 2020 e 2021 são detalhados nas tabelas infra, permitindo autonomizar o impacto das novas atividades e da pandemia:

	Unidade: euros						
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2019
	Previsão Total	Reestruturação	Previsão ind.	COVID	Previsão ind.	PAO	Real
	1	2	3 = 1-2	4	5=3-4	6	7
FSE	4 873 481	953 611	3 919 870	38 709	3 881 161	3 883 663	3 612 184
Gastos com o pessoal	6 277 229	1 261 546	5 015 683	22 120	4 993 564	5 498 003	4 750 935
Gastos Operacionais	11 150 710	2 215 157	8 935 553	60 829	8 874 725	9 381 666	8 363 119
Volume de Negócios (VN)	14 085 473	2 282 625	11 802 848	(338 681)	12 141 529	12 141 529	11 317 016
GO/VN	79,2%	-	75,71%	-	73,1%	77,3%	73,9%
	2021	2021	2021	2021	2021	2020	2019
	Previsão Total	Reestruturação	Previsão ind.	COVID	Previsão ind.	PAO	Real
	1	2	3 = 1-2	4	5=3-4	6	7
FSE	5 942 746	2 185 119	3 757 627	45 000	3 712 627	3 883 663	3 612 184
Gastos com o pessoal	7 626 572	2 218 979	5 407 593	22 407	5 385 186	5 498 003	4 750 935
Gastos Operacionais	13 569 318	4 404 098	9 165 220	67 407	9 097 813	9 381 666	8 363 119
Volume de Negócios (VN)	17 680 157	5 710 038	11 970 119	(341 391)	12 311 510	12 141 529	11 317 016
GO/VN	76,7%	-	76,6%	-	73,9%	77,3%	73,9%



Na comparação com o ano de 2021, o rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GO/VN) apresenta uma degradação de 2,7 pontos percentuais se comparado diretamente com o ano de 2019 (76,7% vs 73,9%). Quando a previsão com 2021 é colocada numa base comparável com o ano de 2019, ou seja desafetando os efeitos das novas atividades e os efeitos da pandemia SARS-COV-2 (coluna 5), verificamos uma redução (efeito visível caso se aumente o número de casas decimais).

A pandemia SARS-COV-2 apresenta sobretudo um impacto nos rendimentos, fruto do impacto no volume de negócios das diferentes empresas operacionais. A estimativa deste valor está em linha com a previsão efetuada para 2020, e traduz o facto de para o ano de 2021 se estimar uma perda em linha com a de 2020 e tendo presente que as tarifas serão idênticas às de 2020, atualizadas pelo valor do IHPC.

Quanto ao aumento dos encargos com a frota automóvel, face a 2019, importa recordar que a AdP SGPS foi autorizada (no PAO2020 aprovado) a aumentar a sua frota em dois veículos, que se irá verificar a substituição de 5 contratos de AOV por termo dos anteriores e que desde a adoção da IFRS I 6, pese embora do ponto de vista financeiro não haja alteração de despesa, o reconhecimento dos encargos contratuais é decrescente ao longo do período de vida dos contratos.

O conjunto de encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias apresentam um ligeiro decréscimo face a 2019, apesar do aumento face à estimativa de 2020, que está relacionada com os estudos e consultorias jurídica e económica associados ao novo modelo tarifário que o Regulador pretende lançar (na consulta anterior a Parpública considerou não dispor dos meios necessários para efetuar os referidos estudos e autorizou a AdP SGPS a proceder à respetiva contratação), associados à avaliação dos recursos humanos (até aqui adiados pela postecipação da entrada do diretor de RH), associados à consultoria de implementação da IFRS I 6 para todo o Grupo AdP.

7. Frota automóvel

Em cumprimento da legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a AdP SGPS continua a desenvolver um esforço de redução de gastos associados à frota automóvel. O cômputo dos gastos com a frota automóvel inclui rendas e seguros, inspeções, portagens, combustíveis e energia elétrica, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos, e a partir de 01/01/2019 as amortizações e os gastos financeiros decorrentes da aplicação da norma relativa às locações (IFRS I 6).

Importa referir que com a aplicação da IFRS I 6 ficou em causa a linearidade dos encargos anuais, em virtude do reconhecimento do gasto financeiro associado ao valor atual da dívida da locação, cuja evolução é decrescente. Os encargos dos primeiros anos dos contratos são mais elevados, reduzindo progressivamente, à medida que os mesmos se aproximam do seu termo. Esta evolução de gastos resulta de um efeito contabilístico e não financeiro, pelo que nos anos em que se assiste à renovação de contratos, contabilisticamente assistir-se-á a um aumento dos encargos económicos, sem que no entanto haja reflexo financeiro, cujos movimentos serão linearizados no tempo. Desta forma, a análise da comparabilidade das despesas com a frota automóvel, entre os vários anos, deve ponderar este efeito.

Contratação e substituição de viaturas

No decurso do ano de 2021 a AdP SGPS prevê proceder à substituição de 8 viaturas (5 previstas para 2020 e que por efeitos da pandemia SARS-COV-2 não foi possível efetivar e 3 que estão associadas à reestruturação, uma vez que a sua substituição estava prevista no PAO2020 da AdP Serviços) da sua frota operacional com uso pessoal (sem identificação



exterior associada à empresa), cujos contratos (estendidos) de AOV irão terminar ao longo do ano de 2021, os quais são imprescindíveis à sua atividade, e cujos custos se encontram previstos na presente proposta de plano de atividade e orçamento. As substituições foram previstas considerando a legislação aplicável, designadamente o Despacho n.º 2293-A/2019, de 7 de março e a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 106/2019, de 27 de junho, da qual resulta o agravamento dos gastos estimados com os novos contratos das viaturas a substituir. Destas substituições não irá resultar um aumento do número de viaturas da frota operacional.

Não está considerada a contratação adicional de viaturas durante o ano de 2021.

Evolução dos Gastos com viaturas

Os gastos com viaturas apresentam uma degradação face a 2019, resultante de alterações estimadas para 2021 para o conjunto das viaturas, cujo número não sofre alterações, e dos eventos não repetíveis ocorridos durante o ano de 2019 e explicados no PAO2020 de ambas as empresas.

	Unidade: euros													
	2021	2020	2020	2020	2019	2021/2019		EF2020/2019		2021/EF2020		EFA2020/Proxy PAO 2020		
	Previsão	Estimativa	Estimativa anualizada	Proxy PAO	Real	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	
Gastos com a frota automóvel	369 166	286 478	313 172	341 453	285 800	83 365	29%	678	0%	82 688	29%	-28 281	-8%	
AdP SGPS	275 348	228 575	228 575	249 998	228 088	47 260	21%	487	0%	46 773	20%	-21 423	-9%	
Direções transitadas da AdP Serviços	93 818	57 903	84 597	91 455	57 712	36 106	n.a	191	n.a	35 915	62%	-6 858	-7%	
N.º Viaturas	46	46	46	46	44	2	5%	2	5%	0	0%	0	0%	
AdP SGPS	34	34	34	33	31	3	10%	3	10%	0	0%	1	3%	
Direções transitadas da AdP Serviços	12	12	12	13	13	-1	n.a.	-1	n.a.	0	0%	-1	-8%	

Os gastos associados à frota automóvel incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas, impostos e encargos financeiros associados à contabilização dos contratos de AOV.

Os quadros infra detalham a variação de encargos entre períodos e para os diferentes universos que compõem o conjunto das viaturas da AdP SGPS. Recordamos o facto referido no PAO2020 aprovado para a AdP SGPS de que o ano de 2019 se encontra afetado por um conjunto de encargos não repetíveis e naquela sede justificaram um aumento (aceite) de gastos de 7.754 euros (cuja execução se estima em 6.399 euros).

Do aumento de gastos verificado, no valor de 47.260 euros, detalhados conforme quadros abaixo. Verifica-se que o aumento da despesa decorre sobretudo das novas viaturas a contratar e da troca dos contratos de AOV, e que a mesma deverá verificar-se ainda em 2020 (conforme PAO aprovado), no entanto, solicita-se autorização para a respetiva despesa.

Unidade: euros

	2021/2019	EF2020/2019	2021/EF2020
Total	47 260	487	46 773
Aquisição novas viaturas na AdP SGPS (cf. PA	14 825	1 215	13 610
Substituição Viaturas por termo do contrato	24 682	3 089	21 593
Alteração composição de viaturas	5 164	-2 205	7 369
Alteração gastos no universo inalterado	2 588	-1 613	4 200
Efeito COVID		7 581	21 738

Unidade: euros

	2021/2019	EF2020/2019	2021/EF2020
Total	47 260	487	46 773
Combustíveis	23 909	2 182	21 727
Efeito Rendas	17 215	-21 156	38 371
Aluguer viaturas	15 331	26 430	-11 099
Portagens	-9 196	-6 969	-2 227

Evolução do número de viaturas

Quanto ao número de viaturas, e por forma a assegurar o cumprimento orçamental quer da AdP SGPS, quer da AdP Serviços, numa perspetiva individual e consolidada, foram transferidas 11 viaturas da AdP Serviços para a AdP SGPS, todas no âmbito do processo de reorganização corporativas.

	2021	2020	2020	2019	Variação	
	Previsão	Estimativa	PAO	Real	2021/2020	2020/2019
Nr. Viaturas AdP SGPS	34	32	31	31	2	1
Direções transitadas da AdP Serviços (de um total de 21, cf. 2019 e PAO2020)	12	12	13	13	0	-1
Nr. Viaturas agregado (Adp SGPS+AdP Serviços), comparável	46	44	44	44	2	0
Nr. viaturas a adquirir pela SGPS	0	2	2	0	-2	2
Nr. Viaturas agregado (Adp SGPS+AdP Serviços) total	46	46	46	44	0	2

O aumento de três viaturas na AdP SGPS, entre 2019 e 2021, corresponde à concretização da autorização de aumento de 2 viaturas constante do PAO2020 aprovado, e a terceira decorre do regresso de um trabalhador cedido à AdP Serviços, cujo pacote remuneratório inclui viatura. O regresso deste colaborador não está associado à reestruturação do centro corporativo, razão pela qual as viaturas associadas às direções apresentam a redução de uma viatura.

Face ao número de viaturas previsto no PAO2020, não se verificam aumentos de viaturas na AdP SGPS, para além da transferência de viaturas da AdP Serviços, mantendo-se o número total de viaturas nas duas empresas, em termos consolidados e comparáveis.

8. Prazo médio de pagamentos e pagamentos em atraso

A AdP SGPS apresenta Prazos Médios de Pagamento (PMP) adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os fornecedores (30-60 dias), sendo o seu cálculo efetuado conforme estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro e no Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril.

	4.ºT 2020	1.ºT 2021	2.ºT 2021	3.ºT 2021	4.ºT 2021
Gastos (CMVMC; FSE; Outros)	1 593 588	1 551 677	1 627 533	1 454 703	1 308 833
Dívidas a fornecedores	520 694	631 833	737 468	607 362	480 111
PMP médio (dias)	35	25	33	37	38

Unidade: euros



A evolução estimada dos saldos de fornecedores aponta para um PMP de 38 dias, mais 3 dias que o valor estimado para o final de 2020, encontrando-se ainda assim a cumprir o estipulado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro e no Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, não se prevendo que o PMP da AdP SGPS venha a ultrapassar aquele limite.

De salientar que a AdP SGPS não tem pagamentos a fornecedores em atraso.

9. Recursos humanos

9.1 Evolução do efetivo de RH

Apresenta-se o quadro detalhado da evolução dos Gastos com o Pessoal, comparável com as Demonstrações Financeiras e por isso contemplando os efeitos da reorganização corporativa, ocorrida em 1 de agosto de 2020, bem como os efeitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Como referido anteriormente, considera-se que a comparação deve ser efetuada apenas do ponto de vista da AdP SGPS.

	Unidade: euros		
	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (ind)
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	7 626 572	6 277 229	4 750 935
(a) Gastos com Órgãos sociais	471 689	380 465	404 287
(b) Gastos com Cargos de Direção	1 811 932	1 547 821	1 396 180
(c) Remunerações do pessoal	3 529 156	2 497 774	1 719 789
(i) Vencimento base + Subsídio Férias + Subsídio Natal	2 867 292	2 092 119	1 510 864
(ii) Outros subsídios	440 112	300 293	188 561
(iii) Valorizações Remuneratórias	221 751	105 362	20 364
(d) Benefícios pós emprego	0	0	0
(e) Ajudas de custo	6 131	10 911	5 274
(f) Restantes encargos	1 687 664	1 456 595	1 155 603
(g) Rescisões / Indemnizações	120 000	383 663	69 804
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	7 284 820	5 788 204	4 660 767
Designação			
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	118	118	71
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	14	14	12
Nº Cargos de Direção sem O.S. (número)	21	21	17
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	83	83	42
Gastos com dirigentes / Gastos com Pessoal (((b)/((1)-(g))))	24,1%	26,3%	29,8%
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)	7 626 571	6 277 229	4 750 935

À semelhança dos anos anteriores, os gastos com pessoal apresentados no quadro acima incluem os encargos com 2 trabalhadores da AdP SGPS cedidos em funções públicas.

	Unidade: euros		
	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (ind.)
Gastos com Pessoal	7 626 572	6 277 229	4 750 935
AdP SGPS - sem efeito COVID	5 385 185	4 993 569	4 750 935
AdP SGPS - efeito COVID	22 407	22 120	0
Direções transitadas da AdP Serviços	2 218 979	1 261 541	0
	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (ind.)
N.º trabalhadores	118	118	71
AdP SGPS	80	80	71
Direções transitadas da AdP Serviços	38	38	0

O detalhe dos gastos com pessoal deduzidos do efeito das novas atividades e do efeito da pandemia SARS-COV-2 apresenta-se como segue:

	Unidade: euros											
	2021	2020	2020	2019	2021/2019	2021/EF 2020	EF 2020/2019	EF 2020/PAO 2020				
	Previsão	Estimativa	PAO	Real (ind)	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	5 385 186	4 993 564	5 498 003	4 750 935	634 251	13,4%	391 622	7,8%	242 629	5,1%	(504 439)	-10,1%
(a) Gastos com Órgãos sociais	471 689	380 465	502 037	404 287	67 402	16,7%	91 224	24,0%	(23 822)	-5,9%	(121 572)	-32,0%
(b) Gastos com Cargos de Direção	1 488 144	1 448 515	1 435 222	1 396 180	91 965	6,6%	39 629	2,7%	52 335	3,7%	13 293	0,9%
(c) Remunerações do pessoal	2 122 007	1 915 720	2 004 385	1 719 789	402 218	23,4%	206 287	10,8%	195 931	11,4%	(88 664)	-4,6%
(i) Vencimento base + Subsídio Férias + Subsídio Natal	1 673 480	1 605 080	1 654 821	1 510 864	162 616	10,8%	68 400	4,3%	94 216	6,2%	(49 741)	-3,1%
(ii) Outros subsídios	226 775	205 278	220 671	188 561	38 214	20,3%	21 497	10,5%	16 717	8,9%	(15 393)	-7,5%
(iii) Valorizações Remuneratórias	221 751	105 362	128 893	20 364	201 387	988,9%	116 389	110,5%	84 998	417,4%	(23 531)	-22,3%
(d) Benefícios pós emprego	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.
(e) Ajudas de custo	6 131	7 124	7 124	5 586	545	9,7%	(993)	-13,9%	1 538	27,5%	0	0,0%
(f) Restantes encargos	1 177 215	1 169 572	1 249 236	1 155 291	21 925	1,9%	7 643	0,7%	14 282	1,2%	(79 664)	-6,8%
(g) Rescisões / Indemnizações	120 000	72 168	300 000	69 804	50 196	71,9%	47 832	66,3%	2 364	3,4%	(227 832)	-315,7%
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	5 043 434	4 816 034	5 069 110	4 660 767	382 667	8,2%	227 401	4,7%	155 267	3,3%	(253 076)	-5,3%
Designação												
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	80	80	79	71	9	12,7%	0	0,0%	9	12,7%	1	1,3%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	14	14	14	12	2	16,7%	0	0,0%	2	16,7%	0	0,0%
Nº Cargos de Direção sem O.S. (número)	18	18	17	17	1	5,9%	0	0,0%	1	5,9%	1	5,9%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	48	48	48	42	6	14,3%	0	0,0%	6	14,3%	0	0,0%
<i>N.º de Trabalhadores com contrato suspenso, cujo custo é suportado pela SGPS</i>	2	2	2	2	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Gastos com dirigentes / Gastos com Pessoal (((b)/((1)-(g))))	28,3%	29,4%	27,6%	29,8%	-0,013 p.p.		-0,007 p.p.		-0,005 p.p.		+0,014 p.p.	
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)	5 385 186	4 993 564	5 498 003	4 750 935	634 250	13,4%	391 622	7,8%	242 628	5,1%	(504 439)	-9,2%

A diferença de gastos face a 2019 encontra-se explicada pelas alterações autorizadas em 2020, verificando-se que não existe uma evolução negativa face à EF ou face ao PAO.

A variação de 5 trabalhadores que se apura na comparação com o ano de 2019 deve-se:

- o 2 OS: CFO saiu em junho de 2019 e foi substituído em maio 2020 e PCA saiu em dezembro 2019 e foi substituído em maio 2020
- o 1 Dirigente: Diretor RH saiu em julho 2019 e foi substituído em setembro 2020 (conforme referido no PAO2020 aprovado da AdP SGPS, admitia-se que esta substituição iniciada em Outubro 2019 só se efetivasse após entrada do novo CA (o que se verificou em maio 2020);
- o 2 Trabalhadores: efeito líquido das diferenças das datas de saída e de substituição de trabalhadores;
- o 2 *Trainees* (conforme PAO2020 aprovado).

Notas às linhas dos quadros anteriores:

(a) Gastos com Órgãos sociais	Inclui as Remunerações dos Órgãos Sociais (ordenados, férias, subsídios de férias e natal, subsídio de alimentação, despesas de representação)
(b) Gastos com Cargos de Direção	Inclui as Remunerações dos Cargos Direção e Chefia (ordenados, férias, subsídio de férias e natal, subsídio de alimentação, isenção de horário, e outras remunerações variáveis)
(c) Remunerações do pessoal	Inclui as Remunerações do restante pessoal, com o seguinte detalhe:
(i) Vencimento base + Subsídio Férias + Subsídio Natal	Inclui a Remuneração, Férias, Subsídio Férias e de Natal do Pessoal
(ii) Outros subsídios	Inclui o subsídio de alimentação, isenção de horário, subsídio de função e as restantes remunerações variáveis do Pessoal
(iii) Valorizações Remuneratórias	Valorizações Remuneratórias, ao abrigo do ACT (dos cargos de Direção e de Chefia e do Pessoal)
(d) Benefícios pós emprego	Não aplicável
(e) Ajudas de custo	Inclui as Ajudas Custo (dos Órgãos Sociais, dos cargos de Direção e Chefia e do Pessoal)
(f) Restantes encargos	Inclui os Encargos Sociais, Seguros, Formação, e Restantes Gastos com o Pessoal (dos Órgãos Sociais, dos cargos de Direção e de Chefia e do Pessoal)
(g) Rescisões / Indemnizações	Inclui as indemnizações por rescisão

Considerando a reorganização corporativa levada a efeito em 1 de agosto de 2020, o montante de gastos com pessoal de 2019 não é comparável com os anos seguintes. O quadro abaixo apresenta a reconciliação entre os gastos de pessoal verificados em 2019 na AdP SGPS individual e as estimativas de gastos com pessoal que se elaboraram para 2020 e 2021. A Apresentação deste quadro decorre da solicitação constante do ponto 3.2. Recursos Humanos do Despacho 395/2020-SET, pese embora se considere que a mesma é mais correta quando analisa os dados anualizados e agregados dos vários períodos, conforme quadros acima apresentados.

Durante o ano de 2019 verificou-se a renúncia do PCA (dezembro) e do CFO (junho), tendo as respetivas substituições ocorrido em maio 2020, com a nomeação do novo Conselho de Administração. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, foi considerada a reposição da totalidade da remuneração dos Órgãos Sociais, atualmente sujeita à redução de 5%, efeito que só terá aplicabilidade caso o quadro legislativo o permita.

	Unidade: euros
Gastos com pessoal 2019 (ind)	4 750 935
Valorizações 2020	105 362
Efeito entradas (2020, inclui regresso trabalhador)	64 920
Efeito líquido de movimentações de colaboradores	40 349
Efeito OS	-23 822
Absentismo	50 880
Indemnizações	2 364
Outros (Formação, seguros, outros - inclui COVID)	24 695
Gastos com pessoal EF2020	5 015 683
Valorizações 2021	221 751
<i>Valorizações ACT - Progressões</i>	<i>71 751</i>
<i>Valorizações ACT - Promoções</i>	<i>150 000</i>
Efeito OS	91 224
Efeito líquido de movimentações de colaboradores	61 466
Absentismo	9 981
Indemnizações	47 832
Outros (Formação, seguros, outros - inclui COVID)	-40 344
Gastos com pessoal PAO2021	5 407 593

Os gastos com pessoal estimados para 2020 não consideram qualquer efeito decorrente das alterações do salário mínimo nacional, uma vez que se estima que a estrutura salarial existente e prevista em ACT não deverá ser afetada pelo aumento do salário mínimo para 2020.

Dos movimentos apresentados no quadro merecem destaque os movimentos verificados nas rubricas de indemnizações, que têm vindo a ser utilizadas no sentido de assegurar a adequada renovação do quadro de pessoal, sendo as respetivas substituições fundamentadas nos diferentes PAO apresentados e aprovados.

As valorizações propostas, em linha com os valores decorrentes do PAO2020 aprovado para a AdP SGPS dão cumprimento ao disposto no ACT do Grupo AdP. Este aumento encontra reflexo na redução da rubrica de FSE, conforme indicado no Despacho 395/2020-SET, pese embora face ao aumento de necessidades de FSE que verifica no decurso da implementação do quadro estratégico do Grupo AdP, este efeito líquido não seja observável.

A AdP SGPS solicita, ainda, autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2020 e 2021, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos nesta proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos operacionais com pessoal.

Alterações do quadro de pessoal

Entradas:

- o Para 2021 está previsto iniciar uma nova edição do programa de *trainees* “Wave”, que por efeito da pandemia SARS-COV-2 não foi possível concretizar em 2020 conforme aprovado em PAO, tendo-se considerado na presente proposta de plano de atividades e orçamento os mesmos dois *trainees* propostos para 2020, incluídos no *head-count*, com um encargo mensal total por cada *trainee* que ascende a 1.647€ por mês, e inclui subsídio de alimentação e seguro de acidentes de trabalho. Os estágios terão a duração de 12 meses, com início previsto para janeiro.


	Data de admissão	Gasto em 2021	Gasto em 2022 e seguintes
I <i>trainee</i> para a AICR	jan/21	19 770 €	19 770 €
I <i>trainee</i> para a DRPCG	jan/21	19 770 €	19 770 €


A adesão a um novo programa de *trainees*, programa “Wave”, tem subjacente o mérito sobejamente reconhecido, quer pelos participantes quer pelas empresas que os acolhem, constituindo igualmente uma oportunidade para melhorar a capacidade de avaliação quanto a um eventual processo de recrutamento, para eventual integração nos quadros das empresas. Refira-se também que constitui uma das medidas que contribui para a concretização dos objetivos definidos no Plano Nacional da Juventude, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 114-A/2018 de 4 de setembro.


Substituições:


- No quadro inicial da AdP SGPS:
 - o Os gastos com pessoal da AdP SGPS refletem a entrada, em maio de 2020, de num novo Conselho de Administração, que substituiu o anterior, cujo mandato havia terminado em dezembro de 2018. Em 2020 não se verificou a reposição dos 5% a que estão sujeitas as remunerações dos Órgãos Sociais, mantendo-se para 2021 esta perspetiva, que só será concretizada caso o quadro legislativo o venha a permitir.
 - o Por efeitos da pandemia associada ao vírus SARS-COV-2, prevê-se que a admissão dos dois técnicos superiores autorizada no PAO2020 aprovado se efetive em novembro 2020, em vez de em janeiro, pelo que daqui decorrerá uma menor execução de gastos em 2020, no entanto não se prevê por este efeito alteração do gasto anualizado estimado para 2021 no PAO2020.

- o Pelo mesmo motivo, apenas foi possível finalizar o processo de substituição do diretor de RH em setembro de 2020, verificando-se por este meio uma baixa de gastos em 2020, mas sem alteração dos gastos anualizados estimado para 2021 no PAO2020.
 - o Substituição de trabalhadores por trabalhadores, no máximo, com as mesmas condições remuneratórias, uma vez que as remunerações decorrentes do ACT relativas à base da carreira não permitirão a contratação de trabalhadores nas mesmas condições de desempenho e senioridade, sempre que estas substituições correspondem a necessidades permanentes de trabalho e não implique um aumento de custos com pessoal ou aumento de número de trabalhadores.
- Solicitando-se, desde já, a autorização para que estas substituições ocorram nos termos acima propostos.

	Data de admissão	Gasto em 2020	Gasto em 2021	Gasto em 2022 e seguintes
 Substituição de 1 técnico superior de RH	nov/20	17 987 €	61 288 €	61 288 €
Substituição de 1 técnico superior de RH	nov/20	12 232 €	41 952 €	41 952 €
Substituição de 1 técnico RH	nov/20	5 058 €	30 189 €	30 189 €
Substituição de 1 técnico superior DRPCG	nov/20	12 195 €	41 831 €	41 831 €
Substituição de 1 assessor	nov/20	17 200 €	103 103 €	103 103 €
Substituição de 1 assessor	nov/20	14 896 €	89 217 €	89 217 €
		79 568 €	367 580 €	367 580 €

- No quadro das Direções da AdP Serviços transitadas (efeito em reestruturação):
 - o Substituição nos termos do n.º3 do art.º 157.º do DL 84/2019, de 28 de junho de um colaborador da Direção de Sistemas de Informação, uma vez que o colaborador admitido saiu no decurso do período experimental, autorizado no PAO2019 aprovado;
 -  o Admissão do colaborador para a Direção de Compras e Logística autorizado no PAO2020 aprovado;

	Data de admissão	Gasto em 2020	Gasto em 2021	Gasto em 2022 e seguintes
Substituição de I técnico dos SI	nov/20	8 419	28 731	28 731
 Admissão de I técnico para a DCL	dez/20	16 728	76 815	76 815
		25 147	105 546	105 546

- o Substituição de trabalhadores, por trabalhadores, no máximo, com as mesmas condições remuneratórias, uma vez que as remunerações decorrentes do ACT relativas à base da carreira não permitirão a contratação de trabalhadores nas mesmas condições de desempenho e senioridade. Estas substituições correspondem a necessidades permanentes de trabalho.
-  o Substituição do Diretor de Sistemas de Informação (DSI): o atual DSI tem a quase totalidade do seu tempo de trabalho alocado a projetos especiais, nomeadamente, o processo de SI e faturação da AdAM – Águas do Alto Minho e vários projetos da AdP Internacional, não sendo possível desafeta-lo destes projetos a médio prazo. O acompanhamento destes projetos impedem um constante e correto acompanhamento dos assuntos relacionados com a Direção. Sem prejuízo da necessidade de se manter o acompanhamento e conclusão destes projetos, que o mesmo poderá continuar a garantir deixando de exercer as funções de DSI e considerando que em janeiro de 2021 fará 65 anos, é importante proceder à sua substituição. Para tanto, solicita-se autorização para a respetiva substituição, com o enquadramento salarial correspondente à categoria A, nível I, tendo-se, assim, estimado um acréscimo de gastos (anualizado) de 6.836€ atendendo à mobilidade que estes quadros apresentam no atual contexto do mercado de trabalho. Este aumento de gastos encontrará compensação nas demais movimentações do quadro de pessoal, não se verificando um aumento da massa salarial, assim como não se traduzirá num aumento de *head-count* pela mesma razão.

Solicitando-se a autorização para que estas substituições ocorram nos termos acima propostos, caso o enquadramento legislativo não o impeça.

	Data de admissão	Gasto em 2020	Gasto em 2021	Gasto em 2022 e seguintes
Substituição de 1 técnico DCL-EC	nov/20	13 819	47 282	47 282
Substituição de 1 técnico DCL-EC	nov/20	8 650	29 913	29 913
Substituição de 1 técnico DCL-AG	dez/20	62 629	62 629	62 629
		85 098	139 825	139 825



	Data de admissão	Gasto em 2020	Gasto em 2021	Gasto em 2022 e seguintes
Substituição de 1 técnico SI	nov/20	14 111	84 512	84 512
Substituição de 1 técnico SI	nov/20	8 422	50 375	50 375
Substituição de 1 técnico SI	nov/20	3 863	23 019	23 019
Substituição de 1 diretor SI	jan/21	0	106 325	106 325
		26 396	264 231	264 231

Rescisões:

Prevê-se a utilização de 72 mil euros da verba prevista para indemnizações no PAO2020 aprovado da AdP SGPS. Solicita-se autorização para que seja considerada esta verba como disponível na AdP SGPS, por corresponder à transferência de verba da AdP Serviços.

As rescisões não se traduziram em redução de *head-count* por se solicitar autorização para que as saídas corresponderam à respetiva antecipação face a 2021 e permitam o rejuvenescimento dos quadros, bem como a melhoria e aumento das respetivas qualificações.

Conforme acima referida, a AdP SGPS solicita, ainda, autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2020 e 2021, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos nesta proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos operacionais com pessoal.

9.2 Orientações sobre Remunerações

A elaboração da proposta de orçamento teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, em vigor, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de Maio;
- Acordo Coletivo de Trabalho (em publicação no BTE)
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho.
- Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2020 e 2021, constantes dos Despacho 398/220-SET e 395/2020-SET.

9.3 Benefícios pós-emprego

Não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na AdP SGPS para o triénio 2020-2022.

10. Endividamento

Minimização da dívida bancária e estratégia de redução da dívida bancária e dos encargos financeiros

A atividade do Grupo AdP e consequentemente da AdP SGPS está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela Holding do Grupo. A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo AdP está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado, através da contratação de instrumentos financeiros de taxa fixa ou estruturados, ao mesmo tempo que procura obter a redução dos encargos financeiros.

Para fazer face ao seu plano de atividades e em particular ao seu plano de investimento (que resulta das obrigações estabelecidas nos Contratos de Concessão entre as entidades gestoras e o Estado Português e nos Contratos de Parceria entre as entidades gestoras, o Estado Português e os Municípios) o Grupo AdP privilegia as seguintes fontes de financiamento:

1. Financiamento por subsídios a fundo perdido, atribuídos ao abrigo dos planos de apoio da União Europeia (até um máximo de 85% do investimento);
2. Autofinanciamento;
3. Financiamento a longo prazo (até 25 anos) do BEI (até um máximo de 50% do investimento);
4. Financiamentos em mercado obrigacionista.

Refira-se que o endividamento do Grupo AdP é, significativamente impactado pelos elevados prazos médios de recebimento que as empresas operacionais apresentam, e que se agravaram durante o ano de 2020 pelo efeito da pandemia SARS-COV-2, pese embora em 2020 se tenha verificado o recebimento de cerca de 41 milhões de euros de ARD's. Durante 2020 e no triénio 2021-2023 o Grupo AdP continuará a privilegiar o estabelecimento de acordos nos mesmos termos, uma vez que a cedência a instituições de crédito, nomeadamente ao BEI, permitirão uma melhoria significativa e gradual da situação do saldo de clientes. O Grupo AdP tem ainda feito apelo para que a ERSAR assegure, nos termos da lei, o cumprimento do mecanismo da faturada detalhada.

Os proveitos resultantes das atividades de exploração e de financiamento da AdP SGPS têm sido superavitários. O endividamento da AdP SGPS destina-se exclusivamente a financiar as atividades de investimento das suas participadas, que resultam das obrigações decorrentes dos Contratos de Concessão e dos Contratos de Parceria, celebrados com o Estado Português.

	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020	
	Real	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção	valor	%
Encargos financeiros	5 322 805	4 486 192	3 581 951	4 350 116	8 081 159	-904 241	-20,2%
Endividamento	661 954 545	551 136 364	544 318 182	537 500 000	530 681 818	-6 818 182	-1,2%
dos quais: intragrupo	104 000 000	0	0	0	0	0	0,0%
taxa média de financiamento	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	1,5%	--	--

O endividamento da AdP SGPS é, no final de 2021, essencialmente composto por empréstimos obrigacionistas, com a seguinte composição:

- BPI 194,3 milhões de euros;
- Depha 200 milhões de euros;
- Dexia 150 milhões de euros.

Durante o triénio 2021-2023, em função do acréscimo dos compromissos de investimento assumidos no âmbito do plano de retoma da economia nacional, maioritariamente associados a projetos de economia circular, de neutralidade energética (horizonte 2030) e carbónica (horizonte 2050), e de digitalização dos serviços do ambiente, verificaremos em 2022 e 2023 ao refinanciamento dos empréstimos obrigacionistas de Depha e Dexia. Deste refinanciamento espera-se uma degradação significativa das condições financeiras, que se traduzem no aumento expressivo estimado para os encargos financeiros (juros e encargos de montagem das operações).

Os encargos financeiros identificados correspondem ao serviço de dívida associado aos financiamentos obrigacionistas, que compõem a maioria do endividamento da AdP SGPS, e às aplicações resultantes da reestruturação do processo de gestão centralizada de tesouraria.

A variação do endividamento da AdP SGPS, calculada de acordo com a fórmula das IPG e do Decreto de Execução Orçamental para 2019, cifra-se em -10%

Não se estima para o horizonte 2021-2023 a necessidade de recurso a financiamentos intra-grupo.

	Unidade: euros		
	2020	2021	Varição
	Estimado	Orçamentado	2021/2020
(1) Financiamento Remunerado	551 136 364	544 318 182	-6 818 182
(2) Capital Social	434 500 000	434 500 000	0
(3) Novos investimentos*	0	0	0
(4) Variação do Endividamento = [(Variação (1)+Variação(2)-(3)2021]/[(1)2020+(2)2020]			-0,69%

* Novos investimentos que careçam de financiamento remunerado ou de aumento de capital

	Unidade: euros					
	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	Real	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção	valor %
Empréstimos bancários - não correntes	551 136 363	544 318 182	537 500 000	530 681 818	523 863 636	-6 818 182 -1,3%
Empréstimos bancários - correntes	110 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	0 0,0%
Endividamento total	661 954 545	551 136 364	544 318 182	537 500 000	530 681 818	-6 818 182 -1,2%
Disponibilidades	16 477 809	15 539 425	20 936 428	11 581 760	19 757 132	5 397 003 34,7%
Aplicações de tesouraria	0	0	0	0	0	0 0,0%
Endividamento Líquido	645 476 736	535 596 938	523 381 753	525 918 240	510 924 686	-12 215 185 -2,3%

De referir que, de acordo com a política acordada com os acionistas, foi orçamentado o pagamento de 28,0 milhões de euros de dividendos, nos termos da política de distribuição de dividendos adotada no passado e atendendo ao plano de evolução do endividamento financeiro do Grupo AdP, aprovado em sede das negociações com o BEI.

11. Indemnizações compensatórias

A AdP SGPS, à imagem das empresas do Grupo AdP, não recebeu nem prevê receber no triénio 2021-2023, quaisquer empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

	Unidade: euros				
	2019	2020	2021	2022	2023
	Real	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção
Empréstimos	0	0	0	0	0
Aumentos de capital	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0
Subsídios governamentais	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Lisboa, 15 de dezembro de 2020

José Furtado
(Presidente)

José Sardinha
(Vice-Presidente)

Carla Correia
(Vogal Executivo)

Catarina Oliveira
(Vogal Executivo)

João Neves
(Vogal Executivo)

Jaime Andrez
(Vogal não Executivo)

ANEXO I

(Aguarda parecer do OF)

Anexo II: Demonstrações Financeiras trimestrais previsionais para 2021

Unidade: euros

BALANÇO	2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
ATIVO				
Ativo fixo tangível	13 263	12 093	10 923	9 752
Ativos sob Direito de Uso	422 912	368 471	314 031	259 590
Outros ativos financeiros	0	0	0	0
Investimentos financeiros	713 585 428	716 106 861	716 106 861	717 667 428
Empréstimos a empresas do Grupo	624 137 937	626 216 392	628 294 847	630 373 302
Impostos diferidos ativos	57 280	57 280	57 280	57 280
Total do ativo não corrente	1 338 216 820	1 342 761 097	1 344 783 941	1 348 367 352
Clientes	3 323 076	3 323 076	3 323 076	3 323 076
Empresas do Grupo AT	56 746 500	56 226 000	55 705 500	55 185 000
Outras contas a receber	3 066 105	3 066 105	3 066 105	3 066 105
Imposto do exercício	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	14 134 999	24 794 592	21 122 156	20 936 428
Total do ativo corrente	77 270 680	87 409 773	83 216 837	82 510 609
Total do ativo	1 415 487 500	1 430 170 870	1 428 000 777	1 430 877 961
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000
Reservas	67 671 348	67 671 348	67 671 348	67 671 348
Resultados transitados	352 935 272	324 935 272	324 935 272	324 935 272
Resultado líquido do exercício	3 426 649	44 373 733	47 963 990	51 561 372
Total do Capital próprio	858 533 269	871 480 353	875 070 610	878 667 992
PASSIVO				
Provisões	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000
Empréstimos	540 909 091	540 909 091	537 500 000	537 500 000
Passivos da Locação	48 370	42 144	35 917	29 690
Impostos diferidos passivos	57 313	57 313	57 313	57 313
Subsídios	189 591	189 591	189 591	189 591
Instrumentos financeiros derivados	0	0	0	0
Total do passivo não corrente	546 204 365	546 198 139	542 782 821	542 776 595
Empréstimos	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182
Passivo da Locação	374 542	326 328	278 113	229 899
Fornecedores	718 184	838 255	690 368	545 726
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 701 016	3 416 992	1 305 653	773 218
Outros contas a pagar	1 137 942	1 092 621	1 055 031	1 066 349
Total do passivo corrente	10 749 865	12 492 378	10 147 346	9 433 374
Passivos detidos para venda	0	0	0	0
Total do Passivo	556 954 231	558 690 517	552 930 167	552 209 969
Total do Passivo e do Capital Próprio	1 415 487 500	1 430 170 870	1 428 000 777	1 430 877 961

Unidade: euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Vendas				
Prestação de serviços	4 420 039	8 840 079	13 260 118	17 680 157
Volume de Negócios	4 420 039	8 840 079	13 260 118	17 680 157
Custo das Vendas/Variação dos inventários				
Margem Bruta				
Fornecimentos e serviços externos	1 551 677	3 179 210	4 633 913	5 942 746
Gastos com pessoal	1 950 355	3 781 973	5 640 763	7 626 571
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	55 611	111 222	166 833	222 445
Perdas por imparidade e reversões	0	0	0	0
Provisões e reversões do exercício	0	0	0	0
Outros gastos operacionais	98 439	173 839	255 239	350 639
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0	0	0
Resultados operacionais	763 957	1 593 834	2 563 370	3 537 756
Gastos financeiros	903 487	1 806 221	2 704 000	3 597 435
Rendimentos financeiros	4 561 012	9 121 845	13 682 677	18 243 509
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros	0	37 468 903	37 468 903	37 468 903
Resultados Financeiros	3 657 525	44 784 527	48 447 581	52 114 978
Resultados antes de impostos	4 421 482	46 378 361	51 010 950	55 652 734
Imposto sobre o rendimento do exercício	(994 834)	(2 004 628)	(3 046 961)	(4 091 362)
Resultado líquido do exercício operações continuadas	3 426 649	44 373 733	47 963 990	51 561 372
Resultado líquido das operações descontinuadas				
Resultado líquido do exercício:	3 426 649	44 373 733	47 963 990	51 561 372

Unidade: euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	10 038 917	9 969 227	9 969 227	9 969 227
Pagamentos a fornecedores	(1 758 576)	(1 857 164)	(1 903 860)	(1 736 994)
Pagamentos ao pessoal	(1 618 585)	(1 499 849)	(1 527 020)	(1 654 039)
Fluxo gerado pelas operações	6 661 756	6 612 215	6 538 348	6 578 195
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o rendimento	-331 769,8544	374 412	(3 485 442)	(1 908 606)
Recebimentos do Imposto sobre o rendimento	0	706 182	0	0
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento	(331 770)	(331 770)	(3 485 442)	(1 908 606)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	(670 598)	(647 559)	(653 559)	(667 559)
Outros Recebimentos relativos à actividade operacional				
Outros Pagamentos relativos à actividade operacional	(670 598)	(647 559)	(653 559)	(667 559)
Pagamentos Segurança Social	0	0	0	0
Pagamentos de outros impostos	(775 064)	(688 039)	(654 147)	(719 841)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(1 777 431)	(961 186)	(4 793 148)	(3 296 006)
Fluxo de atividades operacionais	4 884 325	5 651 029	1 745 200	3 282 189
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Juros e Proveitos similares	0	0	0	0
Investimentos Financeiros	6 648 910	6 648 910	6 648 910	6 648 910
Dividendos	0	37 468 903	0	0
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	6 648 910	44 117 813	6 648 910	6 648 910
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	(9 124 865)	(10 728 298)	(8 206 865)	(9 767 432)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	(9 124 865)	(10 728 298)	(8 206 865)	(9 767 432)
Fluxo das atividades de investimento	(2 475 955)	33 389 515	(1 557 955)	(3 118 522)
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	0	0	0	0
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(3 462 826)	(53 735)	(3 462 826)	(53 735)
Juros e gastos similares	(349 971)	(327 217)	(396 855)	(295 660)
Dividendos	0	(28 000 000)	0	0
Outros	0	0	0	0
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(3 812 796)	(28 380 952)	(3 859 681)	(349 395)
Fluxo das atividades de financiamento	(3 812 796)	(28 380 952)	(3 859 681)	(349 395)
Fluxo de caixa das operações descontinuadas	0	0	0	0
Variação de caixa e seus equivalentes	(1 404 426)	10 659 593	(3 672 436)	(185 728)
Caixa e seus equivalentes no início do período	15 539 425	14 134 999	24 794 592	21 122 156
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 134 999	24 794 592	21 122 156	20 936 428
Variação de caixa e seus equivalentes	(1 404 426)	10 659 593	(3 672 436)	(185 728)

Notas explicativas à DFC trimestral:

A linha de Outros pagamentos relativos à atividade operacional diz respeito a pagamentos relativos a outros custos da atividade operacional que não são fornecimentos e serviços externos, tais como quotizações, pagamentos da locação financeira e serviços bancários.

A linha de Investimentos Financeiros traduz os reforços de capital efetuados nas operações existentes, bem como uma estimativa de possível expansão de participações, conforme explicado no ponto relativo a esta matéria. Adicionalmente, inclui os movimentos relativos aos suprimentos e apoios de tesouraria às subsidiárias.

A linha de Pagamento de Empréstimos Obtidos traduz os reembolsos do empréstimo obrigacionista bem como os reembolsos de empréstimos das subsidiárias com excedentes.

Parecer do Conselho Fiscal
da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

sobre o Plano de Atividades/Investimento e Orçamento para 2021

I. Introdução

- 1 - Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Plano de Atividades/Investimento e Orçamento para 2021 da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, em contas separadas da sociedade, na sua versão de 15 de dezembro de 2020.
- 2 - O Orçamento para 2021 compreende um Plano de Atividades anual, um Plano de Investimento plurianual, as correspondentes demonstrações financeiras para 2021, bem como a apreciação sobre o cumprimento das Orientações Legais vigentes para a AdP, SGPS, SA.
- 3 - Na elaboração do presente parecer tomou-se em consideração o Orçamento da AdP para 2021, os esclarecimentos prestados pela Administração e pelos serviços financeiros da sociedade, bem como as instruções vigentes para as empresas públicas, divulgadas através do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho de 2020, proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro.
- 4 - O CF teve igualmente presente os termos do parecer do Revisor Oficial de Contas da Sociedade, datado de 16 de novembro, no qual se considera a informação constante do PAO 2021 consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

II. O Plano de Atividades e Orçamento

- 5 - A proposta de PAO 2021 atende também ao cumprimento das orientações do Governo para o mandato 2016/2018, uma vez que as orientações estratégicas para o novo mandato ainda não se encontram formalizadas.

6 – A atividade de investimento da AdP, SGPS, SA, compreende no essencial o investimento nas participações que resultam ou decorrem das obrigações contratuais assumidas com o Estado e demais acionistas, a par da manutenção da posição de controlo nas suas subsidiárias e reforço de capitais próprios das mesmas.

Para 2021 estima-se um investimento global na ordem de 5 M€, destacando-se:



- 0,9 M€ no capital social da empresa Águas do Alto Minho - atividade de abastecimento e de saneamento em baixa na região do Alto Minho.

- 0,9 M€ no capital social da empresa Águas Públicas do Alentejo – atividade de abastecimento e de saneamento em alta na região do baixo Alentejo;
- 2,5 M€ - para reforço da posição acionista nos sistemas existentes, principalmente através da aquisição de ações próprias detidas pelas subsidiárias, sendo que este investimento terá a mesma remuneração do restante capital social (OT 10 anos + 3%) nos termos dos contratos de concessão respetivos. Assinale-se que este investimento transita de 2020, uma vez que por efeito da pandemia não foi possível proceder à sua concretização;
- 0,50 M€ - para eventual necessidade de quinhão de prejuízos das empresas detidas a 100% pela AdP SGPS (designadamente nas atividades da área Internacional);
- 1,1 M€ de investimento por se antecipar que poderão vir a ser necessários reforços de capital nas empresas detidas a 100% em função da concretização do Plano Estratégico do Grupo AdP.

Nos termos dos Contratos de Parceria, o investimento realizado auferirá uma remuneração calculada pela média anual das OT's a 10 anos do Estado Português, acrescida de 300 b.p. no primeiro período tarifário – onde a tarifa é construída segundo um modelo de cost-plus¹ e a OT a 10 anos acrescida de 500 b.p., no segundo período tarifário, onde a tarifa é construída numa base de *revenu-cap*². A viabilidade económico-financeira das Parcerias é avaliada pela ERSAR – enquanto entidade reguladora do sector.

¹ Trata-se de um modelo regulatório que se baseia na definição das tarifas bottom-up, adicionando as várias componentes de custos (eficientes) e de recuperação e remuneração do capital investido, tipicamente associada a uma matriz de risco menor para a concessionária e consequentemente com uma expressão tarifária menor.

² Respeita a um modelo regulatório que se baseia na definição das tarifas top-down, por referência a métricas de custos (eficientes) e de recuperação e remuneração do capital investido, tipicamente associada a uma matriz de risco maior para a concessionária e consequentemente com uma expressão tarifária maior.



Sublinhe-se que se prevê que os ganhos de investimentos financeiros ascendam a cerca de 37,5 M€, o que corresponde a uma variação de negativa de 16% face ao estimado para 2020. Esta variação resulta essencialmente da estimativa de menores resultados líquidos das empresas operacionais, quer pelo por efeito da pandemia, quer por efeito da redução que se vem observando na Taxa das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

7 - Deverá assinalar-se que, no âmbito dos investimentos em capital social deverá ser observado o disposto nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

8 – Em 2020, o Órgão de Administração recebeu orientações da Tutela Sectorial no sentido de alterar o objeto e missão da AdP Serviços, a qual se deve assumir como um centro de receitas mercantis. Procedeu-se assim à redefinição do papel desta participada mantendo como premissa base, a procura de mais eficiência e transparência, e considerando o papel da AdP SGPS num âmbito mais geral de gestão estratégica, através da prestação de serviços técnicos de administração e gestão às suas participadas. Assim, foram assumidas as novas áreas de compras, serviços jurídicos e sistemas de informação, com efeitos a 1 de agosto, atividades até então desenvolvidas pela AdP Serviços.

Nesta conformidade, deverá ser relevado que foi solicitado aos detentores da função acionista para que a orientação estratégica relativa à reorganização do centro corporativo com a integração de três direções na AdP SGPS seja considerada formalmente como uma nova atividade, tendo esta solicitação merecido despacho favorável de Sua Exa. a Secretária de Estado do Ambiente datado do dia 01 de dezembro do corrente ano.

III. Cumprimento dos Requisitos Legais

Eficiência Operacional e Rácio PRC

9 – De acordo com os valores constantes nas demonstrações financeiras, verifica-se que o não cumprimento do rácio de eficiência operacional, conforme se pode constatar no quadro infra:

(em €)

	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (Ind.)
(1) CMVHC	0	0	0
(2) PSE	5 942 746	4 873 481	3 612 184
(3) Gastos com o pessoal	7 426 572	6 277 329	4 750 935
(4) Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	13 569 318	11 150 710	8 363 119
(5) Volume de Negócios (VN)	17 680 157	14 085 473	11 317 016
Subsídios à Exploração	0	0	0
Indemnizações Compensáveis	0	0	0
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	76,7%	79,2%	73,9%
(7) Deslocações e Alojamento	44 444	49 714	25 019
(8) Ajudas de custo	6 131	10 911	5 586
(9) Gastos com e-freio automóvel	369 166	286 478	222 176
(7)+(8)+(9)	419 740	347 103	252 781
(10) Gastos com contratações de Estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 249 357	571 529	584 327

Fonte: PAQ 2021

Contudo, caso sejam desconsiderados os efeitos decorrentes da pandemia e os efeitos das novas atividades descritas no ponto 7 do presente parecer, ou seja, caso seja efetuada uma aferição do rácio de eficiência operacional em base comparável, observa-se uma ligeira redução do agregado em apreço, cumprindo a respetiva orientação legal.

(em €)

	2021	2021	2021	2021	2021	2020	2020
	Previsão Total	Reestruturação	Previsão Ind.	COVID	Previsão Ind.	PAQ	2019
	1	2	3 = 1-2	4	5=3-4	6	7
PSE	5 942 746	1 185 119	3 757 627	45 000	3 712 627	3 883 663	3 612 184
Gastos com o pessoal	7 426 572	2 218 979	5 407 593	21 407	5 385 186	5 498 003	4 750 935
Gastos Operacionais	13 569 318	4 404 098	9 165 220	67 407	9 097 813	9 381 666	8 363 119
Volume de Negócios (VN)	17 680 157	5 710 038	11 970 119	(341 391)	12 311 510	12 141 529	11 317 016
GO/VN	76,7%	-	76,6%	-	73,897%	77,3%	73,899%

Fonte: PAQ 2021

Caso sejam considerados os dados individuais, que equivalem às Demonstrações Financeiras deduzidas do efeito das novas atividades, verifica-se que o conjunto de encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias apresenta um ligeiro decréscimo face a 2019, cumprindo a orientação legal, apesar do aumento face à estimativa de 2020,

que está relacionada com os estudos e consultorias jurídica e económica associados ao novo modelo tarifário que o Regulador pretende lançar, conforme decorre do quando infra.

(em €)

Dados que equivalem às Demonstrações Financeiras deduzidas do efeito das novas atividades

	2021	2020	2020	2019
	Previsão	Estimativa	PAO ind.	Real
(1) CMVMC	0	0	0	0
(2) FSE	3 757 627	3 919 870	3 883 663	3 612 184
(3) Gastos com o pessoal	5 407 593	5 015 683	5 498 003	4 750 935
(4) Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	9 165 220	8 935 553	9 381 666	8 363 119
(5) Volume de Negócios (VN)	11 970 119	11 802 848	12 141 529	11 317 016
Subsídios à Exploração	0	0	0	0
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	76,6%	75,7%	77,3%	73,9%
(7) Deslocações e Alojamento	25 804	46 146	41 785	25 019
(8) Ajudas de custo	6 131	7 124	7 124	5 586
(9) Gastos com a frota automóvel	275 348	228 575	249 998	228 088
(7)+(8)+(9)	307 282	281 844	298 906	258 693
(10) Gastos com contratações de Estu.	575 000	479 095	543 355	584 327

Fonte: PAO 2021

O crescimento verificado no conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel decorre do incremento verificado nesta última natureza de gastos em razão da aplicação da IFRS16, a qual colocou em causa a linearidade dos encargos anuais, em virtude do reconhecimento do gasto financeiro associado ao valor atual da dívida da locação, cuja evolução é decrescente e do aumento de duas viaturas e respetivos encargos. Face a esta inobservância de orientação legal, o PAO incluiu um pedido de autorização para o incremento de gastos com esta natureza.

De acordo com o quadro detalhado da evolução dos Gastos com o Pessoal, comparável com as Demonstrações Financeiras e por isso contemplando os efeitos da reorganização corporativa, ocorrida em 1 de agosto de 2020, bem como os efeitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), verifica-se o crescimento deste agregado face aos valores apurados em 2019 e estimados para 2020.

	Unidade: euros		
	2021	2020	2019
	Previsão	Estimativa	Real (ind)
Gastos totais com pessoal (I) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	7 626 572	6 277 229	4 750 935
(a) Gastos com Órgãos sociais	471 689	380 485	404 287
(b) Gastos com Cargos de Direção	1 811 932	1 547 821	1 396 180
(c) Remunerações do pessoal	3 529 156	2 497 774	1 719 789
(i) Vencimento base + Subsídio Férias + Subsídio Natal	2 867 292	2 092 119	1 510 864
(ii) Outros subsídios	440 112	300 293	188 561
(iii) Valorizações Remuneratórias	221 751	105 362	20 364
(d) Benefícios pós emprego	0	0	0
(e) Ajudas de custo	6 131	10 911	5 274
(f) Restantes encargos	1 687 664	1 456 595	1 155 603
(g) Rescisões / Indemnizações	120 000	383 663	69 804
Gastos totais com pessoal (2) = (i) com o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	7 284 820	5 788 204	4 660 767
Designação			
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	118	118	71
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	14	14	12
Nº Cargos de Direção sem O.S. (número)	21	21	17
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	83	83	42
Gastos com dirigentes / Gastos com Pessoal ((b)/(I)-(g))	24,1%	26,3%	29,8%
Gastos totais com pessoal (I) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)	7 626 571	6 277 229	4 750 935

Fonte: PAQ 2021

Com a reorganização corporativa levada a efeito em 1 de agosto de 2020, o montante de gastos com pessoal de 2019 não é diretamente comparável com os anos seguintes.

Assinale-se que mesmo descontando o efeito das novas atividades nos gastos com pessoal continua a verificar-se um acréscimo destes gastos face a 2019 e a 2020. Esta evolução dos gastos com pessoal face a 2019 encontra contudo justificação na variação da remuneração dos órgãos sociais e nas remunerações do pessoal no que respeita às valorizações remuneratórias.

O detalhe dos gastos com pessoal deduzidos das novas atividades apresentam-se como segue:

	Unidade: euros			
	2021	2020	2020	2019
	Previsão	Estimativa	PAO	Real (Ind)
Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	5 487 893	5 815 683	5 498 083	4 758 935
(a) Gastos com Órgãos Sociais	471 689	380 145	502 817	404 287
(b) Gastos com Cargos de Direção	1 488 144	1 448 515	1 435 223	1 396 180
(c) Remunerações do pessoal	2 122 007	1 915 720	2 004 385	1 719 789
(f) Vencimento base + Subsídio Férias + Subsídio Natal	1 473 480	1 605 080	1 654 821	1 518 864
(g) Outros subsídios	226 775	205 278	230 671	188 561
(h) Valorizações Remuneratórias	221 751	105 362	120 893	20 364
(d) Benefícios pelo emprego	0	0	0	0
(e) Ajudas de custo	6 131	7 124	7 124	5 586
(f) Reservas entargues	1 199 622	1 191 692	1 249 236	1 185 291
(g) Rescates / Indemnizações	120 000	73 168	300 000	69 804
Gastos totais em 2019 pessoal (2) = (2) sem o imposto das medidas de estímulo em (RQ) (3)	3 868 842	4 838 153	5 869 110	4 668 767

Designação	80	80	79	71
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	80	80	79	71
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	14	14	14	13
Nº Cargos de Direção sem O.S. (número)	18	18	17	17
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (número)	48	48	48	41
Nº de Trabalhadores com contratos superiores cujo custo é suportado pelo SGRS	2	2	2	2
Gastos com diferenças / Gastos com Passivos ((b)/((1)-(a)))	28,1%	25,3%	27,6%	29,8%

Gastos totais com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)	5 487 893	5 815 683	5 498 083	4 758 935
--	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: PAO 2021

Explicita-se seguidamente matriz que apresenta a reconciliação entre os gastos de pessoal verificados em 2019 na AdP SGPS individual e as estimativas de gastos com pessoal que se elaboraram para 2020 e 2021³, a qual não altera as asserções efetuadas sobre a evolução dos gastos operacionais com esta natureza.

	Unidade: euros
Gastos com pessoal 2019 (Ind)	4 758 935
Valorizações 2020	105 362
Efeito entrada (2020, inclui regresso trabalhador)	64 920
Efeito líquido de movimentações de colaboradores	40 349
Efeito OS	-23 822
Absentismo	50 880
Indemnizações	2 364
Outros (Formação, seguros, outros - inclui COVID)	24 695
Gastos com pessoal EF 2020	5 015 683
Valorizações 2021	221 751
Valorizações ACT - Promoções	71751
Valorizações ACT - Promoções	50000
Efeito OS	91 224
Efeito líquido de movimentações de colaboradores	61 466
Absentismo	9 981
Indemnizações	47 832
Outros (Formação, seguros, outros - inclui COVID)	-40 344
Gastos com pessoal PAO 2021	5 487 893

Fonte: PAO 2021

³ A qual decorre da solicitação constante do ponto 3.2. Recursos Humanos do Despacho 395/2020-SET

As valorizações propostas, em linha com os valores decorrentes do PAO2020 aprovado para a AdP SGPS dão cumprimento ao disposto no ACT do Grupo AdP.

Na atividade recorrente, os custos com pessoal (sem efeito COVID) variam de 4.750.935€ em 2019 para 5.498.003€ em PAO2020, variação que resulta da autorização dada para o PAO de 2020, sendo a estimativa de fecho de 5.015.683€ inferior ao PAO 2020 na sequência dos atrasos ocorridos na substituição de pessoal e à operacionalização das variações autorizadas em PAO2020 aprovado. O valor de PAO2021 de 5.407.593€, mantém-se, contudo, inferior ao estimado em PAO 2020.

A AdP SGPS solicita, ainda, autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2020 e 2021, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos nesta proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos operacionais com pessoal.

PMP

10 – Não obstante o crescimento do prazo médio de pagamento previsto de três dias face ao valor estimado para o final de 2020, verifica-se o cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro.

	4.ºT 2020	1.ºT 2021	2.ºT 2021	3.ºT 2021	4.ºT 2021
Gastos (CMVMC; FSE; Outros)	1 593 588	1 551 677	1 627 533	1 454 703	1 308 833
Dívidas a fornecedores	520 694	631 833	737 468	607 362	480 111
PMP médio (dias)	35	25	33	37	38

Fonte: PAO 2021

Endividamento

11 – A atividade de financiamento da AdP, SGPS decorre sobretudo da gestão da dívida contratada para financiamento da atividade de investimento das empresas subsidiárias.

Em termos de contas individuais, no Orçamento 2020 prevê-se uma diminuição do endividamento líquido de 2,3% face ao exercício homólogo.

	Unidade euros					
	2019	2020	2021	2022	2023	2021/2020
	Real	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção	valor %
Empresas bancárias - não correntes	53 136 363	544 318 182	537 500 000	530 681 818	523 813 636	-6 818 182 -1,3%
Empresas bancárias - correntes	110 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	0 0,0%
Endividamento total	441 954 845	551 136 364	544 318 182	537 500 000	530 681 818	-6 818 182 -1,2%
Oportunidades	16 477 809	15 539 425	20 936 428	11 581 740	19 757 133	5 397 001 34,2%
Aplicação de tesouraria	0	0	0	0	0	0 0,0%
Endividamento Líquido	645 476 734	835 896 928	823 381 783	825 918 240	810 934 686	-13 218 185 -2,2%

Fonte: PAO 2021

Em termos consolidados, o Conselho de Administração prevê igualmente o decréscimo do endividamento bruto na ordem de 5% face ao valor estimado para 2019 e de 8 % no que respeita ao endividamento líquido.

IV. Análise das Demonstrações Financeiras Previsionais

12 - Apresentam-se nos quadros infra as demonstrações financeiras previsionais em 31.12.2021 comparando-a com a execução estimada a 31.12.2020:

BALANÇO	Unidade euros					
	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimado	Orçamentado	Projeção	Projeção
ATIVO						
Ativo fixo tangível	16 774	12 093	14 433	9 752	2 731	0
Ativos sob Direção de Uso	327 625	284 373	309 737	259 590	759 080	579 358
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros	711 610 497	716 890 924	712 647 428	717 647 428	722 647 428	727 647 428
Empreendimentos a empresas do Grupo	691 469 164	649 620 915	632 059 482	630 373 302	644 350 576	644 350 576
Impostos devidos sobre	74 864	0	57 280	57 280	57 280	57 280
Total do ativo não corrente	1 402 498 974	1 344 818 306	1 335 108 340	1 348 347 352	1 347 737 895	1 377 594 643
Clientes	4 172 013	2 812 137	3 392 588	3 323 076	3 344 571	3 358 399
Empresas do Grupo AT	73 893 182	55 770 000	57 247 000	55 185 000	61 085 000	60 175 909
Outras contas a receber	471 266	1 722 415	3 066 105	3 066 105	3 085 938	3 098 697
Impostos de entrada	0	402 046	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	16 477 809	1 097 317	15 539 425	20 936 428	11 581 740	19 757 132
Total do ativo corrente	94 814 220	61 003 905	79 243 116	82 518 609	79 097 249	86 290 137
Total do ativo	1 498 313 194	1 428 622 210	1 414 373 477	1 430 877 961	1 446 834 363	1 458 944 779
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital social	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000	434 500 000
Reservas	81 143 713	64 156 110	64 251 725	67 671 348	70 249 417	72 796 428
Resultados transpostos	263 068 404	297 346 964	297 462 431	324 935 272	345 418 575	345 311 793
Resultado líquido do exercício	65 151 607	63 777 688	58 392 464	51 861 371	50 840 229	47 410 154
Total do Capital próprio	823 863 724	859 780 762	853 106 620	878 647 992	901 108 221	920 018 375
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões	5 000 000	5 308 009	5 000 000	5 000 000	5 000 000	5 000 000
Empréstimos	551 136 363	544 318 182	544 318 182	537 500 000	530 681 818	523 813 636
Passivos de locação	197 721	290 456	104 807	29 690	490 748	267 842
Impostos devidos passivos	73 716	0	57 313	57 313	57 313	57 313
Subsídios	0	257 347	189 591	189 591	189 591	189 591
Instrumentos financeiros derivados	2 788 817	3 027 923	0	0	0	0
Total do passivo não corrente	829 196 617	853 201 911	849 649 893	842 776 595	836 419 470	829 378 383
Passivo corrente						
Empréstimos	110 818 182	12 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182	6 818 182
Passivo de locação	135 016	0	214 939	229 899	246 988	246 988
Fornecedores	350 513	300 608	591 856	545 726	605 672	612 334
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 281 550	0	706 182	773 218	342 378	565 786
Outras contas a pagar	2 667 594	2 520 747	1 265 805	1 066 349	1 293 452	1 304 731
Total do passivo corrente	115 252 855	15 639 537	9 596 964	9 433 374	9 306 672	9 548 022
Passivos devedores para si	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	674 449 472	848 841 448	859 246 856	852 209 969	845 726 142	838 926 401
Total do Passivo e do Capital Próprio	1 498 313 194	1 428 622 210	1 414 373 477	1 430 877 961	1 446 834 363	1 458 944 779

Fonte: PAO 2021

- 13 - Em 2021, prevê-se que o Capital Próprio sofra uma variação positiva de 2,8%, em resultado fundamentalmente do resultado líquido estimado para o exercício em apreço.

Unidade: euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019	2020	2020	2021	2021	2021
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Propção	Propção
Vendas						
Prestação de serviços	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Volume de Negócios	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Costo de Vendas/Varição dos inventários	0	0	0	0	0	0
Margem Bruta	11 317 017	12 141 529	14 085 473	17 680 157	18 089 755	18 452 679
Fornecimentos e serviços externos	3 612 184	3 083 863	4 073 461	5 942 746	6 008 116	6 074 205
Costos com pessoal	4 750 925	3 498 003	6 277 229	7 626 571	7 710 464	7 795 276
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	150 480	161 157	153 880	223 445	164 403	181 453
Perdas por imparidade e reversões	-108 003	0	0	0	0	0
Provisões e reversões do exercício	21 261	0	0	0	0	0
Outros ganhos operacionais	99 039	41 284	78 865	350 839	354 496	358 395
Outros proveitos e ganhos operacionais	99 608	59 508	0	0	0	0
Resultado operacional	3 086 636	2 615 930	2 703 018	3 537 756	3 832 276	4 042 347
Costos financeiros	5 336 198	4 755 033	4 496 536	3 597 435	4 373 072	8 109 476
Rendimentos financeiros	10 259 051	19 153 404	19 995 811	18 243 509	17 998 374	17 718 391
Ganhos(perdas) de investimentos financeiros	51 818 740	50 591 605	44 992 620	37 468 903	37 468 903	37 468 903
Resultado financeiro	66 841 593	64 989 976	60 491 893	52 114 978	51 094 205	47 077 819
Resultado antes de impostos	69 922 223	67 605 906	63 193 911	55 662 734	54 926 481	51 120 165
Imposto sobre o rendimento do exercício	4 770 816	3 828 218	4 801 447	4 091 362	3 986 252	3 710 011
Resultado líquido do exercício operações continuadas	65 151 407	63 777 688	58 392 464	51 561 372	50 940 229	47 410 154
Resultado líquido de operações descontinuadas	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	65 151 407	63 777 688	58 392 464	51 561 372	50 940 229	47 410 154

Fonte: PAO 2021

- 14 - A Demonstração de Resultados previsional para 2021, prevê uma diminuição do resultado líquido em cerca de 11,7%, face ao exercício homólogo estimado, o qual por influencia da redução estimada dos resultados financeiros na ordem de 8,4 M€, esta última explicada maioritariamente pela quebra no nível de dividendos, nos ganhos financeiros e uma estimativa de menor ganho com juros dos apoios financeiros prestados às empresas. Estima-se neste âmbito, uma redução dos dividendos pela redução das atividades das participadas (com a redução de respetivo volume de negócios e aumento de custos associado à pandemia) e pela redução da taxa das OT's. A redução dos rendimentos financeiros sucede à previsão de redução do valor médio em dívida em 2021 face a 2020.

V. Parecer

- 1 - O Plano de Atividades\Investimento e Orçamento 2021 submetido a parecer deste CF, contempla informação relevante e encontra-se em conformidade com a informação financeira apresentada.

- 2 - A AdP SGPS, SA cumpre maioritariamente os requisitos legais vigentes para 2021 que lhe são aplicáveis decorrentes das orientações aplicáveis ao Setor Empresarial do Estado, com exceção quanto à variação prevista nos gastos com pessoal e com a frota automóvel. No que respeita à primeira exceção aqui referida, encontra-se justificada pela existência de valorizações remuneratórias em 2020 e em 2021, determinando assim uma variação em 2021 face a 2019 com maior relevância. As valorizações estimadas para 2021, assim como progressões e promoções estão, contudo, devidamente suportadas quer no ACT, quer em decisões de gestão enquadradas com o previsto em ACT.

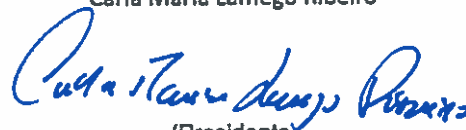
Quanto aos gastos com a frota automóvel, o aumento de gastos estimado para 2021, no valor materialmente pouco expressivo de 47.260 euros, decorre sobretudo das novas viaturas a contratar e da troca de contratos de AOV, sendo neste sentido solicitada a devida autorização para a despesa decorrente destes movimentos. Não está prevista qualquer contratação adicional de viaturas nem existe qualquer variação no número de viaturas face a 2020.

- 3 - Assim, atenta a análise desenvolvida e os elementos e explicações adicionais obtidos, para apreciação, entende-se que a proposta de Plano de Atividades/Investimento e Orçamento 2021 (contas separadas) apresentada pelo Conselho de Administração da AdP, SGPS a este Conselho Fiscal, está em condições de merecer aprovação dos acionistas, observado que o acréscimo dos gastos com pessoal e dos gastos com a frota automóvel venha a ser objeto de autorização pelo membro do governo responsável pela área das finanças no âmbito da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2021.

Lisboa, 17 de dezembro de 2020,

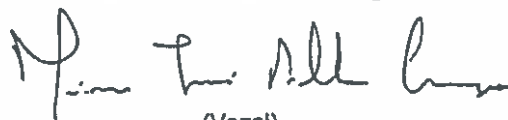
O Conselho Fiscal,

Carla Maria Lamego Ribeiro




(Presidente)

Mário José Alveirinho Carrega



(Vogal)

Rui Mendes Cabeças



(Vogal)

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre os instrumentos de gestão previsional de 2021

Introdução

Para cumprimento do disposto no Despacho 395/2020-SET, de 27 de julho de 2020, emitido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2021, da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., cujo documento data de 8 de outubro de 2020 e consiste no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021, na Demonstração da posição financeira previsional (a qual evidencia, para o exercício de 2021, um total de ativo de 1.430.877.961 euros e um total de capital próprio de 878.667.992 euros, incluindo um resultado líquido de 51.561.372 euros), na Demonstração dos resultados por natureza previsional e na Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada, quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- (i) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- (ii) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

16 de dezembro de 2020



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes